



# Anais da Assembléia

16

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE MARÇO DE 1987.

ANO XIII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 6.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 1987.  
TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Werner Wanderer.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delázeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (49). Achan-do-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Lindolfo Júnior, José Alves, David Cheriegate, Homero Oguido e Luiz Antônio Setti (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## E X P E D I E N T E :

### Mensagens:

MENSAGEM N. 01/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo permutar os lotes ns. 04, 05, 06 e 07 da Planta Vila Santa Maria, localizados na Rua Desembargador Hugo Simas, na Cidade de Curitiba, com áreas de 630,00 m<sup>2</sup>, 570,00 m<sup>2</sup>, 510,00 m<sup>2</sup> e 440,00 m<sup>2</sup>, todos sem benfeitorias e respectivamente, matriculados sob os ns. R/1-0625, R/1-026, R/1-1377 e R/1 1378, do 1.<sup>o</sup> Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes de terrenos de ns. 15, 26 e 14 da quadra 37 da Planta Capanema, localizados, os dois primeiros na Rua Padre Francisco João de Azevedo e o último, na Avenida Centenário, na Cidade de Curitiba, com áreas de 448,20 m<sup>2</sup>, 517,20 m<sup>2</sup> e 630,00 m<sup>2</sup>, todos sem benfeitorias, e transcritos respectivamente sob os ns. 21.842, 21.838 e 21.836, do livro 3-H, do Ofício de Registro de Imóveis da 3.<sup>a</sup> Circunscrição Imobiliária da Comarca da Capital, de propriedade do Senhor Alberto Abujamra.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da administração, pois, através da permuta em questão, o Estado irá receber áreas de terreno que permitirão a ampliação das instalações do Hospital da Polícia Militar do Estado do Paraná e, com isso, a prestação de melhor atendimento aos integrantes daquela Corporação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS.

Governador do Estado.

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar os seguintes imóveis de propriedade do Estado do Paraná: a) lote n. 04 da Planta Vila Santa Maria, na Cidade de Curitiba, situado na Rua Desembargador Hugo Simas, com área de 630,00 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, objeto da matrícula n. R/1-0625, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.<sup>a</sup> Circunscrição da Capital; b) lote n. 05, da Planta Vila Santa Maria, na cidade de Curitiba, situado na Rua Desembargador Hugo Simas, com área de 570,00 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, objeto da matrícula n. R/1-0626, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.<sup>a</sup> Circunscrição da Capital;

c) lote n. 06, da Planta Vila Santa Maria, na Cidade de Curitiba, situado na Rua Desembargador Hugo Simas, com área de 510,00 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, objeto da matrícula n. R/1-1377, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.<sup>a</sup> Circunscrição da Capital; d) lote n. 07, da Planta Vila Santa Maria, na Cidade de Curitiba, situado na Rua Desembargador Hugo Simas, com áreas de 440,00 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, objeto da matrícula n. R/1-1378, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.<sup>a</sup> Circunscrição da Capital; pelos lotes de terrenos de propriedade de Alberto Abujamra a seguir discriminados: a) lote n. 25, quadra 37, da Planta Capanema, na Cidade de Curitiba, situado na Rua Padre Francisco João de Azevedo, com área de 448,20m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, transcrito sob n. 21.842, do Livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis da 3.<sup>a</sup> Circunscrição da Capital; b) lote n. 26, quadra 37, da Planta Capanema, na Cidade de Curitiba, situado na Rua Padre Francisco João de Azevedo, com área de 517,20 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, transcrito sob n. 21.838 do Livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis da 3.<sup>a</sup> Circunscrição da Capital; c) lote n. 14, quadra 37, da Planta Capanema, na Cidade de Curitiba, situado na Av. Centenário, com área de 630,00 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, transcrito sob n. 21.836, do Livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis da 3.<sup>a</sup> Circunscrição da Capital.

Art. 2.<sup>o</sup> - A permuta referida no art. 1.<sup>o</sup> será precedida de avaliação dos imóveis e cumprimento das demais formalidades legais.

Art. 3.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 02/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder à ex-funcionária pública estadual Aline Teixeira Herbst, pensão mensal no valor equivalente a 1,5 (um e meio) salário-mínimo.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis, é plenamente justa e oportuna, eis que ensejará condições de sobrevivência a uma ex-servidora pública que conta hoje com a idade avançada de 81 anos e que, em razão de ter exercido o magistério estadual, durante cerca de 15 anos, por certo, merece ser amparada pelo Estado, como aliás pode-se concluir dos pareceres e informações que compõem o processo protocolado sob n. 88.906/86, a mim encaminhado através do Ofício n. 3.199/86, de 14

de agosto de 1986, firmado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica concedida a Aline Teixeira Herbst, ex-funcionária pública estadual, uma pensão mensal no valor equivalente a 1,5 (um e meio) salário-mínimo.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 03/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arapongas, o imóvel constituído por um terreno com área de 7.104,00 m<sup>2</sup> (sete mil, cento e quatro metros quadrados), localizado naquela municipalidade, de propriedade do Estado do Paraná, matriculado sob o n. 621 do Livro 02 - Registro Geral, do 2.º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis atende plenamente aos interesses da administração e da coletividade, pois, conforme esclarecimentos prestados pelo Senhor Prefeito Municipal de Arapongas, em expediente a mim dirigido, virá ensejar a expansão industrial da região, sendo que tal expansão por certo redundará em maior arrecadação tributária com benefícios tanto para o Estado como para o Município.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Arapongas, o imóvel constituído por terreno com área de 7.104,00 m<sup>2</sup> e benfeitorias nele existentes, localizado naquela municipalidade, objeto da matrícula n. 621, registrada no Livro n.2, do Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas.

gas.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 04/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 30 de dezembro de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento- SEPL, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba- COMEC, e o Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM, objetivando a prestação de mútua colaboração entre o DNPM e a COMEC, para o estabelecimento de uma ação conjunta e coordenada desses órgãos tendente a assegurar a compatibilização da atividade mineral com o planejamento metropolitano.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 05/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 29 de dezembro de 1986, entre o Estado do Paraná e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, objetivando o desenvolvimento de ações conjuntas e coordenadas para a execução do Plano Regional de Reforma Agrária e a implementação do Programa Básico de Assentamento de Trabalhadores Rurais em nosso Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 06/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 18 de novembro de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e o Município de Medianeira, objetivando a execução de um plano de fomento à agropecuária naquela municipalidade.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 07/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n. 017/86 - SETR, celebrado em 05 de dezembro de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e a empresa Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, objetivando a implantação do serviço de informações por telefone denominado "Reclamações sobre Transportes Coletivos Intermunicipais".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 08/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Revigoração datados de 3 de fevereiro de 1987, dos Convênios n. 47, de 09.01.86 e n. 11/86, de 04.07.86, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Município de Curiti-

ba, objetivando aplicação de recursos do Programa de Mobilização Energética - PME/PR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 09/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os municípios adiante nominados, nas datas e com os objetivos seguintes:

Município	Data	Objetivo
Itaúna do Sul	27.02.86	Fomento à Ca- feicultura.
Ibiporã	26.08.86	Realização da II Exposição Agroindustrial.
Morretes	25.11.86	Realização da III Feira Agrí- cola e Artesanal.
Inácio Martins	25.11.86	Desenvolvimento da Agropecuária
Campo Largo	30.12.86	Instalação e/ou funcionamento de armazém destinado exclusivamente à conservação de produtos agrícolas
Rio Azul	30.12.86	Instalação e/ou funcionamento de armazém destinado exclusivamente à conservação de produtos agrícolas

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 10/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 22 de setembro de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, de Bandeirantes, objetivando a realização da IX Semana de Integração Econômica no município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 11/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados em 30 de dezembro de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios de ARAPOTI, CRUZ MACHADO, GENE-  
RAL CARNEIRO, PAULA FREITAS, PIRAÍ DO SUL e SÃO JOÃO DO TRIUNFO, objetivando a instalação ou funcionamento de armazéns destinados exclusivamente à conservação de produtos agrícolas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 12/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e as Fundações de Ensino Superior adiante nominadas, nas datas e com os objetivos seguintes:

FUNDAÇÃO	N. e DATA	OBJETIVO
Fundação de Ensino Supe-	012/86 - 13.6.86	Assistência Técnico-Ge-



Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 16/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 26 de janeiro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de DOUTOR CAMARGO, FLORESTÓPOLIS, GUARAPUAVA, IBIPORÃ, JATAIZINHO, LUNARDELLI, MARIALVA, NOVA AMÉRICA DA COLINA, PÉROLA, SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, RONDON, TERRA BOA, TERRA ROXA e TUNEIRAS DO OESTE, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 17/97

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Ajustes celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, e os Municípios adiante nominados, nas datas e com os objetivos seguintes:

Municípios	Data	Objetivo
Santo Antônio da Platina	03.07.85	Realização de Mutirões Escolares;
Santa Isabel do Oeste	04.05.85	Construção de Centro Comunitário no Bairro de Santo Afonso;
Santa Isabel do		

Oeste 04.05.85 Construção de Centro Comunitário no Bairro Alegria;

Santa Isabel do Oeste 04.05.85 Projeto "Sítios Comunitários";

Coronel Vivida 04.05.85 Projeto "Hortas Comunitárias".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 18/87

Curitiba, 10 de março de 1987

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Revigoramento datados de 28 de novembro de 1986, dos Convênios referentes ao Programa Especial de Mobilização Energética - PME/PR, celebrados em 26 de junho de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios de Apucarana (n. 18/85), Cascavel (n. 19/85), Foz do Iguaçu (n. 20/85), Guarapuava (n. 21/85), Londrina (22/85), Maringá (n. 23/85), Paranaguá (n. 24/85), Paranavaí (n. 25/85) e Ponta Grossa (n. 26/85), objetivando a aplicação de recursos financeiros vinculados ao referido Programa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 19/87

Curitiba, 10 de março de 1987

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

as inclusas cópias autênticas de termos aditivos a convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, a empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, objetivando o aditamento firmado em 1º de julho de 1986, re-ratificar e complementar os convênios celebrados entre ambas em 05 de julho de 1979 e 03 de novembro de 1980, no sentido de regular a participação operacional e técnico-financeira das partes convenientes na execução de programas, projetos e atividades previstas nos anexos que acompanham o instrumento ora encaminhado; e visando o aditamento firmado em 26 de agosto de 1986, a re-ratificação da cláusula quinta do convênio celebrado em 13 de janeiro de 1986, pelas mesmas entidades, para a realização de pesquisa sobre o Turismo Emissivo e Receptivo Internacional.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 20/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e outras Secretarias e órgãos estaduais nominados no instrumento, de um lado, e a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, de outro, objetivando o estabelecimento de normas e metodologia da atuação conjunta para a melhor utilização de recursos destinados ao desenvolvimento do setor turístico, no sentido da mais adequada formulação e execução da Política Nacional de Turismo.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 21/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, e os Municípios adiante mencionados:

Município: Foz do Iguaçu.

Data: 22.09.86

Objetivo: Estabelecimento de normas de co-operação técnico-financeira para dotações de área de lazer municipal e dos equipamentos básicos ao seu funcionamento, no prolongamento da Praça Getúlio Vargas, em Foz do Iguaçu.

Município: Barracão.

Data: 29.09.86

Objetivo: Estabelecimento de normas de co-operação técnico-financeira para a implantação de um Posto de Informações Turísticas no Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 22/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, e a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, com as datas e objetivos seguintes:

Data: 03.11.80

Objetivo: Regular a participação financeira da EMBRATUR no projeto de delegação de atribuições de registro, classificação, fiscalização e controle de qualidade dos serviços de empresas e empreendimentos turísticos localizados no Paraná.

Data: 29.02.86

Objetivo: Realização de pesquisa sobre o Turismo emissivo e receptivo no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu e nos postos alfandegários da Ponte da Amizade (Brasil e Paraguai) e Ponte Tancredo Neves



(Brasil e Argentina), no ano de 1986.

29.08.86 Regularização da cooperação técnico-financeira entre a EMBRATUR e a PARANATUR, visando a realização do curso de Qualificação para Guia Local de Turismo, para o Município de Curitiba.

29.10.86 Fomentar o desenvolvimento do Turismo Social, através da implantação, em todo o território nacional, do "Clube da Terceira Idade".

13.11.86 Incremento ao Turismo Social, através da instituição de Associações Estaduais de Albergues da Juventude e implantação de Alojamentos destinados ao Turismo Juvenil.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 23/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, e os Municípios adiante nominados, objetivando a implantação do Programa de Geração de Emprego e Renda:

Município	Data:
ASSIS CHATEAUBRIAND -	22.02.86
CASCAVEL -	14.03.86
FOZ DO IGUAÇU -	06.03.86
FOZ DO IGUAÇU -	07.03.86
LONDRINA -	21.03.86
PITANGA -	20.03.86

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio textos dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 24/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios n. 72/85 e 99/85, datados, respectivamente, de 18 de novembro e 16 de dezembro de 1985, bem como do termo aditivo de 12.12.85, ao primeiro, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, e a Secretaria de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho, objetivando o desenvolvimento de projetos de criação de emprego e renda nos Estados e Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 25/87

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa substituir os valores de vencimentos estabelecidos pela Lei n. 8434, de 24 de dezembro de 1986, para os cargos integrantes da carreira de Procurador, da Procuradoria Geral do Estado.

A exposição de motivos do Secretário de Estado da Administração, que vai anexa por cópia, esclarece as razões que recomendaram a necessidade da elaboração da lei ora proposta.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

OF. n. 008/87 - GS

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Curitiba, 07 de janeiro de 1987.

Senhor Governador

Quando da elaboração e remessa da Mensagem que deu origem à Lei n. 8434, de 24 de dezembro de 1986, que fixou os novos vencimentos do funcionalismo estadual, faziam-se, paralelamente, estudos relativos ao tratamento remuneratório dos integrantes da carreira de Procurador, da Procuradoria Geral do Estado, razão pela qual a categoria ficou entre os servidores que



tiveram o reajuste de vencimentos na razão de dezesseis por cento.

Nesse meio de tempo, não se chegou a qualquer resultado positivo quanto aos estudos em pauta, e por esse motivo é de inteira justiça que se conceda, à categoria funcional em referência, o percentual máximo adotado na Lei n. 8434/86, que é de trinta e seis por cento.

Para concretizar o acima exposto, tenho a honra de submeter à elevada consideração e despacho de Vossa Excelência, a inclusa minuta de anteprojeto de lei, revendo a tabela de vencimento dos procuradores, baixada com a lei já referida.

Atenciosamente,

(a) JOSÉ CARLOS CAMPOS HIDALGO  
Secretário de Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Os valores constantes da Tabela III - Procuradoria Geral do Estado - PGE, do Anexo I, da Lei n. 8434, de 24 de dezembro de 1986, ficam substituídos pelos seguintes:

- Procurador - Classe I -	9.805,31
- Procurador - Classe II -	9.216,99
- Procurador - Classe III -	8.628,67
- Procurador - Classe IV -	8.040,35
- Procurador - Classe V -	7.452,04

Art. 2.º - Esta lei terá vigência a partir de 1.º de janeiro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

- À Diretoria Legislativa.

#### MENSAGEM N. 26/87.

Curitiba, 13 de março de 1987.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder uma pensão mensal de três (03) salários-mínimos, à escritora paranaense Maria Nicolas.

A medida ora submetida a esse egrégio Poder, oriunda de sugestão feita pelo ilustre Deputado Djalma de Almeida César, acolhida pelo Plenário dessa Augusta Casa de Leis, além de prestar merecida homenagem a uma escritora nascida em nosso Estado, agente de larga produção literária que lhe valeu o ingresso como membro da Academia Feminina Paranaense de Letras, onde tem mantido destacada atuação, caracteriza-se também como prestação de assistência complementar do Estado a uma ilustre filha que, servidora pública aposentada como professora, hoje com 86 anos de idade e ainda produzindo no campo artístico da literatura e mesmo da pintura, não tem nos seus proventos de aposentadoria a devida e justa contraprestação como prêmio ao esforço que prestou e ainda presta no senti-

do do enriquecimento do acervo cultural paranaense.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica concedida à escritora paranaense MARIA NICOLAS uma pensão mensal equivalente a três (03) salários-mínimos.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- À Diretoria Legislativa.

#### MENSAGEM N. 27/87

Curitiba, 13 de março de 1987.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Comercial e Industrial de Engenheiro Beltrão o imóvel constituído pela data n. 16 da quadra n. 36, do perímetro urbano da cidade de Engenheiro Beltrão, com a área de 779,80 metros quadrados, de propriedade do Estado do Paraná, matriculada sob o n. R1/7600 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos interesses da administração e da coletividade, pois como está expressamente contido no anteprojeto em causa, a doação de tal imóvel visa possibilitar a construção da sede da Associação Comercial e Industrial de Engenheiro Beltrão, entidade prestadora de serviços à comunidade daquela região.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação Comercial e Industrial de Engenheiro Beltrão o imóvel constituído pela data n. 16, da quadra n. 36, com área de 779,80 metros quadrados e benfeitorias nela existentes, localizado no perímetro urbano daquele município, conforme Matrícula n. R1/7.600, do Livro 2, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão.

Parágrafo Único. O imóvel de que tra-

ta este artigo será destinado exclusivamente à construção da sede da Associação Comercial e Industrial de Engenheiro Beltrão.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor BORSON RUBIM DE OLIVEIRA, funcionário da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Paraná, ocorrido em data de 16 de março último.

Outrossim, solicito seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, REQUER voto de pesar pelo passamento do Senhor HAROLDO DE ASSIS BAPTISTA, ocorrido no dia 14/03/87, sendo sepultado no Município de Palmeira - PR.

O falecido era casado com a Senhora NEYDE FIANI BAPTISTA e deixa 02 (dois) filhos.

REQUER, ainda seja dado ciência na pessoa de sua esposa, na Rua Murilo do Amaral, 720 - ap. 202 (Água-Verde) - Fone: 244.4948 - N/Capital.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido este Douto Plenário, seja inserido nos Anais desta sessão, voto de congratulações ao Jornal "Gazeta do Povo" pelo editorial desta terça-feira, intitulado "Visão da Oportunidade Política".

O artigo de opinião do conceituado Jornal paranaense, foi muito feliz ao abordar aspectos de interesse do Paraná e da Região Sul, notadamente quando a necessidade da aliança entre o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que por certo, estão nas preocupações do Governador Álvaro Dias ao iniciar sua gestão.

REQUER, outrossim, após decisão Plenária, seja dado conhecimento ao aludido órgão de imprensa.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado Pedro Tonelli, ao final assinado, no desempenho de seu mandato parlamentar, de acordo com suas prerrogativas constitucionais e amparo regimental, REQUER de Vossa Excelência, após manifestação do Plenário, a convocação do Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura, para depor perante este Plenário e explicar ao Poder Legislativo e por extensão a toda a sociedade, os objetivos e detalhes dos convênios entre SEAG e Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), em 02/01/86, (designação de funcionários para esta Entidade) e 31/12/86 (dotação orçamentária) bem como seus seguintes aditivos.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado RAFAEL GRECA, que este subscreve, REQUER, nos termos do artigo 20 da Constituição do Estado do Paraná, a convocação, após ouvido o Egrégio Plenário desta Assembléia Legislativa, do Excelentíssimo Senhor Doutor Luís Carlos Haully, Digníssimo Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, para que preste informações à consciência política do Paraná, representada nesta Casa, quanto à real situação financeira do Estado.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

A transição governamental fez-se de declarações contraditórias, entre as autoridades do Governo que saiu e as do Governo que entra, a propósito da situação das finanças do Estado do Paraná.

Num mesmo dia, os meios de comunicação social noticiaram o Governador João Elísio Ferraz de Campos declarando que "...entregava o Paraná em ótima situação financeira, com as dívidas completamente sanadas, pronto para o futuro, isto é, preparado para o futuro ..." (sic) e o Governador Álvaro Dias declarando que..." a situação financeira do Estado é preocupante, é delicada..." (sic).

Ainda em seu discurso de posse, o ilustre Deputado Mário Pereira, Secretário de Estado da Administração declarou que "...em fevereiro os gastos públicos foram superiores à arrecadação, e que, neste mês de março há previsão de que venham a estourar..." (sic).

Ao considerarmos ser a "transparência" a garantia de todas as democracias, e ainda o empenho nosso como Deputados nesta Legislatura em representar com consciência o eleitorado paranaense, vale ressaltar a

oportunidade deste primeiro contato do Secretário das Finanças com o Poder Legislativo. De mais a mais, recentes matérias que tramitam nesta Casa, autorizando aumento da capacidade de endividamento do Estado, - como o crédito para a construção de Salto Segredo, ou o crédito para saneamento financeiro da Cidade Industrial de Curitiba, ou ainda a Reforma Administrativa (que nos próximos dias passaremos a conhecer detalhadamente), só poderão ser votadas conscientemente, e sancionadas sem prejuízo político para os donos do Poder, se for definitivamente aclarada esta contradição entre as declarações dos dois Governadores.

Contradição aliás, reforçada pela publicidade oficial que mais parece dar suporte a uma mudança de comando partidário nos destinos do Estado, do que a uma simples transição entre correligionários da mesma legenda situacionista.

Senão, como explicar "out-doors" que falam em "tempo novo", "primeiro dia do futuro", e outras pequenas indiretas que parecem pretender mostrar ao povo que alguma "oposição" chegou ao Poder?

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado no sentido de serem procedidos os necessários estudos e procedimentos, para a atualização dos salários dos funcionários públicos estaduais, civis e militares, observando-se um índice não inferior aos índices de custo de vida no período entre o último reajuste e esta data. Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, contendo apelo no sentido de que seja concedido, a partir deste mês, reajuste de 22,15% a todo o funcionalismo público estadual, estatutário ou celetista, com vista a cobrir as pesadas perdas provocadas pelos altos índices de inflação registrados nos primeiros meses deste ano. REQUER, também, seja dada ciência deste à Associação dos Servidores Públicos do Paraná e à Federação dos Servidores Públicos do Paraná.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

O País vive a pior crise econômica de sua história com a explosão inflacionária corroendo, de forma dramática, o salário de todos os trabalhadores, entre os quais os funcionários públicos. A remuneração dos funcionários está completamente defasada, a ponto de não lhe permitir enfrentar sequer as despesas com alimentação. O funcionalismo, como o povo em geral, passa fome e corre o risco de não poder arcar com as despesas de habitação. O então Governador João Elísio, no dia 5 deste mês, pelo Decreto n. 10.277, publicado no Diário Oficial n. 2478, elevou os vencimentos do pessoal da Coordenadoria da Receita do Estado, da Procuradoria Geral do Estado, da Magistratura, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, e os valores das funções gratificadas, bem como do Magistério, só que neste caso cumprindo o que determina a lei aprovada por esta Assembléia, assegurando o pagamento de três salários-mínimos como piso salarial.

Estas categorias haviam tido em janeiro um reajuste de 16% em função de melhorias nos vencimentos havidas no decorrer do ano passado, recebendo, portanto, reajuste equivalente ou superior ao concedido ao funcionalismo de modo geral, de 36%.

Com isso, todas aquelas categorias que receberam os 36% de reajuste em janeiro, ficam penalizadas se não houver para elas o disparo do gatilho, exarcebando ainda mais a iníqua política salarial praticada pelo Governo do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de cópias do documento em anexo, ao Senhor Governador do Estado, ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura e ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, informando a situação da suinocultura em Dois Vizinhos e região, solicitando melhorias e providências ao setor. Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) JOÃO ARRUDA.

#### JUSTIFICATIVA:

A suinocultura no Brasil, especialmente no Estado do Paraná, passa por uma séria e grave crise. O relato do Senhor Antônio Carlos Guzzo, presidente da Associação Municipal de Suinocultores de Dois Vizinhos, objeto deste requerimento, espelha com perfeição a realidade atual. O seu envio às autoridades competentes valerá como subsídio para uma melhor ação e conhecimento da situação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado RAFAEL GRECA, infra-assinado, solicita à Egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Dr. Roberto Requião de Mello e Silva no sentido de que Sua Excelência se digne a acolher - após estudo da deplorável situação vivida pelo comércio e contribuintes da Avenida Marechal Deodoro, nesta Cidade, desde janeiro passado até o presente mês de março - a petição anexa do Clube de Diretores Lojistas de Curitiba quanto a transferência das estruturas de animação popular, arquibancadas, barracas, mictórios, daquele centro financeiro e comercial para espaço menos central, menos comprometedor da circulação, e mais amplo.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

Esta Assembléia enquanto consciência política do Estado do Paraná, deve acolher os pleitos da sociedade civil, tentando sempre evitar a ruptura do tecido social, e promover acima de tudo o bem-estar da população. Este expediente, de localizada preocupação municipal - também encaminhado à Colenda Câmara de Vereadores de Curitiba - quer significar ao Senhor Prefeito a atenção que esta representação estadual tem para com a Capital.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à SANEPAR - Cia. de Saneamento do Paraná, apelando no sentido de que as contas, objeto de reclamações por parte dos usuários, face aos elevados valores apresentados nas mesmas, não sejam cobradas em definitivo até que haja uma rigorosa verificação por parte da empresa em relação às causas que motivaram valores absurdamente discrepantes em relação ao consumo normal dos usuários.

REQUER, ainda, que no citado expediente seja solicitado que não haja corte do fornecimento nos casos de não pagamento dos valores questionados até o esclarecimento total do problema.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Es-

tado do Trabalho, solicitando auxílio financeiro para a Creche Negrinho do Pastoreiro, de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A creche "Negrinho do Pastoreiro" atende cerca de cento e cinquenta crianças carentes do Município de Boa Esperança, necessitando, para desempenho condigno de suas funções, de receber auxílio financeiro para ser aplicado em benfeitorias da referida creche.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, MD. Superintendente Estadual da L.B.A., solicitando auxílio financeiro para a creche Negrinho do Pastoreiro, de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Através do atendimento a mais de cento e cinquenta crianças carentes do Município de Boa Esperança, a creche Negrinho do Pastoreiro vem prestando relevantes serviços àquela comunidade sem, entretanto, dispor dos recursos financeiros necessários ao bom desempenho de suas funções.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o Governador do Estado, solicitando informações sobre quais os gastos efetuados durante o período de Governo recém terminado, que teve como titular o Dr. João Elísio Ferraz de Campos; quais os órgãos do Estado a que foi destinada e qual a parte que coube a cada órgão.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja endereçado ao Presidente do BADEP o seguinte Pedido de Informações;

1.º) - Qual era o montante da dívida do Município de Londrina, administrações direta e indireta, no mês de abril de 1983?

2.) - Qual o montante dessa mesma dívida no momento, convertendo-se os valores em dólares?

Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) ANTONIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, no sentido de que esclareça a esta Casa as razões das demissões em massa ocorridas no DETRAN e noticiadas em destaque pela imprensa de nossa Capital.

Segundo o noticiário, além de ilegais por ofenderem disposição legal contida no Decreto Lei n. 7.493/86, as referidas demissões foram feitas como represália, de vez que todos os alcançados participaram de movimento por melhores salários.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 21/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "FEDERAÇÃO PARANAENSE DE CINECLUBES", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, tem como objetivo criar novas perspectivas para o desenvolvimento dos cineclubes no Estado do Paraná.

Esta Federação, tem exercido atividade cultural nesta Cidade, buscando, entre outras coisas, consolidar as relações dos cineclubes através de uma ação coordenadora que possibilite maior aproveitamento da atividade cultural e cinematográfica na área estadual e com os demais Estados.

Diante do exposto, esperamos que o Plano de Lei que ora propomos, receba o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 22/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - O item II, do Art. 20, da Lei n. 7051, de 04 de dezembro de 1978, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 20 - .....

I - .....

II - ser maior de 18 (dezoito) anos e menor de 45 (quarenta e cinco) anos até a data da inscrição em concurso."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1987.

(a) ANTONIO BÁRBARA.

#### JUSTIFICATIVA:

A medida que estamos propondo, busca corrigir distorção que origina uma discriminação inexplicável e, mesmo, inaceitável.

O texto atual da referida Lei n. 7051, limita em 35 (trinta e cinco) anos a idade máxima para ser provido em cargo do Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF), da Coordenação da Receita do Estado - CRE.

Ora, a Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, fixava, conforme o seu art. 30, em 45 (quarenta e cinco) anos o limite máximo de idade dos candidatos a concurso para provimento de cargo público.

Não vemos qualquer razão para a discriminação contra pessoas que tenham mais de 35 anos. Afinal, o que interessa é a capacidade e a probidade revelada pelo candidato.

Nosso Projeto de Lei pretende corrigir tal distorção, e tendo em conta o alcance social da medida que estamos propondo, confiamos no apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Num recente trabalho publicado pelo Advogado Elias Farah, ele trata da questão da casa própria, fala sobre a moradia: - "A delinquência e marginalidade têm sido alternativas, ou as opções mais proliferadas entre os sem-terras, ou sem moradias próprias. As favelas, as zonas segregadas, os cortiços, a periferia, tolerados na sua ruínosa expansão e progressiva degeneração urbanística, e representativos de geratrizes do crime, da revolta, da depredação, são viva comprovação e advertência a esta realidade. As favelas são uma ferida social, que se historiza e que a politicalha insiste em tocar apenas o dedo em época de eleição."

Sabemos perfeitamente que assim como os sem-terras, têm os sem teto, os sem-pão, os sem-trabalho. O homem sem esperança. Milhares de paranaenses vivem, ou viveram o sonho de ter a casa própria. O

Governo passado jogou uma semente de que, noventa mil moradias seriam construídas num sistema de mutirão. E tivemos o desprazer de ver apenas nove mil casas construídas no Paraná, neste programa onde se cumpriu apenas 10%.

A Organização das Nações Unidas, elege o ano de 1987 como o ano dos sem-teto. Este, vem num momento crucial para nós, brasileiros. Porque se tínhamos uma expectativa de noventa mil casas em 1982, imaginem agora, com o crescimento habitacional, e com as novas necessidades surgidas em função da urbanização do homem que abandona o campo em busca dos grandes e dos médios centros.

A casa própria foi, e continua sendo, o grande sonho da maioria dos jovens e trabalhadores deste País. Quando se pensa em constituir uma nova família, ou quando se pensa em um futuro para as gerações, não se pode pensar sem, no mínimo, a casa própria, como componente daquilo que se preconiza, daquilo que se pensa ter no futuro.

Para tristeza nossa temos no Paraná a COHAPAR. A companhia, que deveria ser a companhia da habitação do trabalhador, mas que, no entanto, passou a ser a companhia dos privilegiados, dos técnicos, dos burocratas, que não estão preocupados com os sem-teto, com os sem-moradias, com o homem que não tem um telhado para se abrigar do sereno e da chuva. A COHAPAR, através dos seus técnicos insensíveis, que ainda tentam e se esforçam para continuar lá, agora no Governo Álvaro Dias, tem demonstrado a sua ineficiência, tem demonstrado que, como agente, promotor do bem-estar e da habitação, não cumpriu com suas finalidades.

A última diretoria técnica da COHAPAR está preocupada em atender aos desejos mesquinhos daqueles que a dirigem, quando deveria estar preocupado com aqueles que não têm onde morar, e que estão no meio da rua esperando pela palavra do Governo, que disse que viria para beneficiar, e assim não o fez no passado.

Esperamos que o novo Secretário que foi Deputado, que conhece o problema, venha com solução e com programas concretos para que realmente os sem-teto possam ter teto no Estado.

Muito obrigado.- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -  
Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, trabalhadores da Casa, trabalhadores da imprensa, demais participantes assistentes nesta sessão, em especial o Vereador Álvaro Skiba do Planalto, que

se encontra aqui presente.

Queria aproveitar os dois expedientes de hoje para trazer a público com algumas provas, ao nosso ver, absurdos que comprovam o uso e o abuso dos recursos do poder público, e para favorecer a classe dominante, aqueles que nunca precisaram e não precisam de ajuda do poder público e do Governo para terem seus intentos.

Hoje, quero referir-me a alguns convênios que no Governo passado, de João Elísio, através da Secretaria da Agricultura, foram contratados com a federação patronal, a FAEP, deste Estado bem como, com a sociedade Rural do Paraná, entidade esta que o ex-Secretário fazia parte como Presidente licenciado para assumir a Secretaria da Agricultura.

No ano passado, houve um convênio. Convênio este que tinha como objetivo original construir três centros de treinamentos, para treinar a classe patronal em Assis Chateaubriand, Ibiporã e Tomazina, segundo proposta apresentada pela FAEP em 1986.

As prefeituras cederam os terrenos e o Governo do Estado daria 29,6 milhões de cruzados, isto em agosto de 1986 para construir estes ditos centros.

O Governo do Estado colocaria também no orçamento do Estado, em 1987, o valor de 6,5 milhões de cruzados, para os gastos e manutenção de pessoal técnico operacional destes centros.

Vejam que absurdo, Senhor Presidente e Senhores Deputados! A Federação patronal recebeu de graça terrenos das Prefeituras e uma fabulosa doação que seria incorporada ao seu patrimônio e cuja gerência de manutenção seria de responsabilidade através da SEAG e da ACARPA e isso para nós, representa um "presentinho de mão beijada", e acho que os patrões deste Estado não merecem.

Quero dizer aqui nesta tribuna, que desse convênio foi denunciada no ano passado por Claus Germer, através da imprensa, e que estas denúncias não tiveram as devidas explicações, nem das autoridades executivas e nem de ninguém responsável por esse ato que não interessa para a classe trabalhadora do Paraná.

A partir daquela denúncia, houve, praticamente, um silêncio, um esquecimento daquele convênio que ninguém sabe, na época, o que aconteceu.

Na sequência, Senhor Presidente, apresentarei os fatos e as provas do que aconteceu posteriormente. Devido ao fim do meu tempo, usarei do tempo da Liderança do meu Partido, para dizer o que aconteceu.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Eduardo Baggio, inscrito.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Senhor Presidente, o que me traz hoje a esta tribuna é o seguinte:

Quero deixar lavrado o meu protesto pelo que aconteceu no dia 11 próximo passado, quando da inauguração da hidrelétrica de Rosana, obra esta, obras civis construídas em mais de 70% de território paranaense. Onze mil hectares de terras inundadas dentro de território paranaense. As autoridades de São Paulo, quando de sua inauguração, o Presidente da CESP, o Senhor Governador Franco Montoro e Sua Excelência o Presidente da República, vieram fazer o ato de inauguração, solicitaram da Polícia Militar do Paraná, todo o contingente para a segurança daquele evento; atravessaram a Ponte do Rio Paranapanema, para virem, dentro do nosso território, fazer a festa.

Não via eu, naquela oportunidade, uma autoridade sequer do Paraná. Desconheço se foram convidadas ou não. Mas, estávamos lá, representando a Assembléia Legislativa do Paraná. E, para nossa surpresa, nem quando da palavra do Presidente da CESP, do Governador Franco Montoro, de Sua Excelência o Presidente da República, não sei, se o avisaram que estava em território paranaense.

Esqueceram-se, ou, fizeram de propósito. Nem sequer tocaram no nome do Paraná!

Fiquei ofendido, como paranaense que sou, e quero deixar nesta oportunidade, lavrado o meu protesto, pelo esquecimento daquelas autoridades, fazendo a festa em terreno alheio!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero fazer chegar às mãos do Senhor Presidente desta Casa, um requerimento para ser votado, hoje, no seguinte teor: (Lê o requerimento):

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças do Estado do Paraná, em caráter sigiloso, com a finalidade de informar sobre os seguintes quesitos:

1. Relação nominada das empresas inadimplentes junto ao Sistema Financeiro do

Estado arrolando os respectivos valores:

2. Quais as medidas que vêm sendo tomadas e a serem tomadas visando a solução de tal inadimplência?

3. Se houver negociação em andamento, ou a serem planejadas, quais as formas das mesmas, tanto por parte da Secretaria de Estado das Finanças, quanto das empresas nominadas.

Sala das Sessões, em 17.03.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

Faço-o em caráter sigiloso e peço à Secretaria das Finanças, que me envie quanto deve o grupo Atalla; se está sendo procedido alguma forma de pagamento. Quais as outras empresas do Paraná que devem ao Governo do Estado? Quero o nome de todas as empresas do Paraná que conseguiram financiamento no BANESTADO e do BADEP e não pagaram? E quero também, louvar o editorial do Jornal "O Estado do Paraná" que diz, que a CPI se intitula: "Dúvidas e Dívidas", e que cita o meu nome, o nome de Sua Excelência o Senhor Deputado Doutor Paulo da Cruz Pimentel, e cita uma série de outras indagações, falando também sobre o BANESTADO, que haveria necessidade de se aguardar a posse da nova Diretoria, porque o BANESTADO hoje é, um dos Bancos mais respeitados no cenário econômico do Brasil.

Lendo e analisando este editorial, resolvi pedir, através deste requerimento que a Secretaria das Finanças me forneça nome de todas as empresas que pediram dinheiro ao Governo, porque devem, se houve negociação, quais as formas das mesmas junto à Secretaria das Finanças? (Lê a Justificativa do Requerimento):

"Julgamos oportuno a apresentação do presente requerimento, tendo em vista o momento econômico por que passa a sociedade brasileira, cujas características nos levam a inquirir sobre tal situação, no caso específico a inadimplência pelas quais se revestem empresas do nosso Estado junto aos órgãos competentes.

Pela gravidade com que se apresenta tal problemática, este Poder, de forma alguma poderia ficar alheio aos nomes das empresas em questão, ao montante das dívidas bem como, ao andamento das negociações e previsão de soluções.

A imprensa e o povo do Paraná reclamam de seus legisladores, uma postura coerente com a realidade que envolve a arrecadação de tributos no Estado e a sua aplicação em programas, cuja finalidade é desenvolver o bem-estar coletivo. Por um lado, a miséria corroendo os nossos futuros valores humanos, que terão para si a missão de dar continuidade ao desenvolvimento do nosso Estado, e por outro lado, confrontamos a existência de situações criadas por aqueles que têm a objetiva possibilidade de



contribuir para minorar as injustiças sociais e promover uma distribuição mais equilibrada das riquezas geradas em nosso solo.

Esperamos, diante do exposto contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para que posteriormente, medidas possam ser executadas no sentido de banir de uma vez por todas tais situações".

Se, Álvaro Dias ao assumir o Governo do Estado do Paraná, disse em palanque, em praça pública, na frente do Palácio, que havia chegado o Governo da verdade, esperamos que realmente, a verdade chegue a esta Casa, à imprensa e à população do Paraná. É necessário saber quem deve, como vai ser pago, e quais as providências que o novo Governo Álvaro Dias tomará, mediante este requerimento que encaminho à Mesa desta Casa.

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Nós voltamos a esta tribuna novamente, para falar da agricultura do Estado do Paraná e da região do Vale do Ivaí. Volto a registrar novamente, uma semana depois, minha posição de homem do campo, da agricultura, com uma grande preocupação. Ainda hoje, há poucos momentos recebi um telefonema do município de Jandaia do Sul, onde para minha surpresa, isoladamente, os cinco municípios da Comarca de Jandaia do Sul, mais precisamente Marumbi, Kaloré, Bom Sucesso e São Pedro do Ivaí, entraram em greve hoje, trancando a porta dos bancos daquela região.

Nós manifestamos nossa opinião aos companheiros que nos deram a notícia, de que não é oportuna essa manifestação dos agricultores da nossa região porque, na semana passada, quando foi proclamado o "Dia Nacional do Protesto da Agricultura", o Município de Jandaia do Sul não tomou posição. E hoje, acompanhado de quatro Municípios, toma esta posição.

Mas, a nossa grande preocupação, Senhores Deputados, é de que, estão surgindo focos nas várias regiões do nosso Estado e do Brasil, e em todos os setores da comunidade o descontentamento é geral com atuação do nosso Governo Federal. Há muito tempo observamos através dos jornais, a manifestação do povo, mas, nada está acontecendo às classes produtoras e trabalhadoras, como proteção.

Nós lamentamos que até o dia de hoje, já há uma semana do "Dia Nacional do Protesto", que foi 3ª feira passada, nada de novo aconteceu. Isto significa que o Governo está dando atenção às reivindicações do povo, da classe produtora rural.

Nós não concordamos com a manifestação isolada, mas, ao mesmo tempo congratulamos com a população da região do Vale do Ivaí, da Comarca de Jandaia do Sul, por ter a coragem de fazer um protesto isolado, marcando a sua posição de querer lembrar o Governo, de que deve atender as nossas reivindicações, a angústia da agricultura. Mas recebemos também a informação de que um elemento da Polícia Militar do Paraná, esteve lá no Município de Jandaia do Sul, fazendo pressões, e dizendo que, se até hoje à tarde não forem retirados os maquinários dos bancos, naturalmente, serão presos os agricultores e todo o equipamento.

Mas, acredito eu, que o bom senso deve prevalecer, e que devem retirar o maquinário, encerrar o protesto, apenas manifestando a vontade daquela população agrícola do Vale do Ivaí.

Esperamos que, hoje ao final do dia, nada aconteça de agressão, de desarmonia na nossa região, mas que mais uma vez a imprensa dê cobertura e que fique marcado o protesto da Comarca de Jandaia do Sul e que em outras oportunidades serão somados com toda a região do Vale do Ivaí, do Estado do Paraná e o protesto nacional. Esperamos que o Governo abra os olhos ainda em tempo, enquanto a população protesta com ordem, e apenas a vontade de manifestar o seu descontentamento, procurando atender as reivindicações do nosso povo, antes que o nosso País caia num caos total.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente e concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, nobres Senhoras e Senhores Deputados.

Neste primeiro Grande Expediente da 11ª Legislatura do Estado do Paraná, num ano em que os eminentes Deputados terão a responsabilidade, não somente do exercício do seu mandato parlamentar, mas sobretudo escrever uma Nova Constituição, desejo saudar a todos os eminentes Deputados, que Deus nos dê força e inspiração, para que possamos realizar um bom trabalho em favor do povo que nos confiou a responsabilidade de representá-lo e lutar por suas causas.

A época muito exigirá de nós e oxalá possamos ao lado do povo superar a grave crise que assola o País, inviabilizando qualquer projeto de desenvolvimento econômico, social e até mesmo colocando em risco o processo de reordenamento jurídico institucional do nosso Brasil.

Mas, não há dificuldade, por maior que ela seja que não possa ser superada e é no bojo da história, e é no bojo da crise nos ensina a história que se operam as transformações e que se reordenam as estruturas de um Estado e de uma Nação.

Tinha planejado nesta minha primeira intervenção, no Grande Expediente, de fazer uma análise retrospectiva do que foi a Legislatura anterior, especialmente para que os novos Deputados, para que os Deputados que pela primeira vez exercitam o seu mandato parlamentar como legítimos representantes do povo pudessem avaliar o trabalho efetuado pela Legislatura anterior.

Embora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tenha solicitado à Coordenadoria de Apoio às Comissões, há mais de um mês e meio, informações a respeito dos projetos em tramitação nesta Casa, qual a origem, se projeto oriundo da lavra de Deputado ou resultante de mensagem Governamental, lamentavelmente não tive acesso aos dados solicitados por escrito à Diretoria e à Coordenadoria competente desta Casa.

Esse fato, no meu entendimento, demonstra processo corrosivo que se implantou nesta Casa, onde muitas vezes o "reino do compadrio" substitui os critérios da competência, que pode demonstrar que lamentavelmente no Poder Legislativo Estadual em muitas ocasiões vicejou o nepotismo, exacerbou-se o mercantilismo de cargos e de funções, subvertendo-se os valores ao se premiar ineptos e cercear reais valores.

Por isso, Senhores Deputados, fico devendo a radiografia que pretendia fazer da Legislatura anterior, muitas vezes radiografia melancólica de um Legislativo que se dobrou à vontade do Executivo numa subserviência humilhante, a não ser em alguns episódios onde esta Casa pôde demonstrar o valor do poder fiscalizatório do povo paranaense.

Recordo aqui dois episódios que demonstram que realmente este Poder se afirmou como, por exemplo, no "escândalo dos dólares", onde a Assembléia Legislativa trouxe a este plenário os ex-Secretários de Planejamento e das Finanças para esclarecer ao povo do Paraná o rombo, o dano, a violência que se praticou contra os cofres públicos do Paraná ao se pagar comissões indevidas a empresas que se locupletaram às custas do dinheiro do povo do Paraná.

Neste início de 11.<sup>a</sup> Legislatura dá mostras esta Casa, mesmo sendo um ano de Constituinte, em que não se compreende bem a missão a que se destina: de defender os interesses do povo e orientar as decisões governamentais em consonância com a vontade popular, a vontade de quem deveria ser soberano de seus destinos.

A toque de caixa, sem o aprofundamento maior das questões, aprovaram-se aqui projetos de extrema complexidade com enormes reflexos sobre a Administração e sobre a vida da comunidade estadual. Quando a Assembléia Legislativa concede autorização ao Executivo para contrair um empréstimo de setecentos milhões de dólares para aplicação no setor energético, deveria estar amplamente informada das repercussões da iniciativa governamental, tanto quanto à conveniência ou necessidade de se fazer um empreendimento, quanto a oportunidade do momento, tem como impacto do endividamento sobre as finanças estaduais. Por inúmeras vezes, Senhor Presidente e Senhores Deputados, denunciei na Legislatura passada o perigoso nível de endividamento do Estado e o que isso acarretará em comprometimento às futuras arrecadações. Recebia, na ocasião, contestação dos eminentes Deputados que foram reeleitos, quando afirmava que o governo do PMDB havia assumido o Poder, devendo o Estado do Paraná trezentos e sessenta e um milhões de dólares e deixava ao final do Governo José Richa - João Elísio, o endividamento superior a um bilhão de dólares, recebia contestação dos eminentes Senhores Deputados do Partido do Governo.

Agora, já estou vendo, pelas televisões e pelos noticiários que até o novo Governador do Paraná, concorda com o perigoso nível de endividamento que vivemos.

Concedo aparte ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu queria endossar a fundamentada denúncia do nobre companheiro Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira e dizer também que nos últimos dias, há uma demonstração clara da falta de capacidade política em administrar a coisa pública nesse Estado. Vamos usar os pequenos exemplos:

Demos uma olhada nessa propaganda dos quatro anos de governo Richa e João Elísio, num Estado que está pedindo esmola, endividado, para tudo temos que pedir recurso. Demos uma olhada no tipo de papel que está sendo usado e gostaríamos de saber o custo, de onde estão vindo os recursos, senão do suor da população? E o que é pior gente, o que temos que levar em conta, é que eles usam os recursos públicos conseguidos a duras penas, em falta de muitos para mentir para a gente. Olhem

aqui o relatório da SANEPAR onde se diz que 87% dos paranaenses têm água tratada em casa. Isso não é verdade.

Usam de luxo, abuso dos recursos públicos para fazer propaganda de alguma coisa que não é verdade. Portanto, o Senhor tem toda razão.

Obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço as palavras do eminente Líder do PT e peço que Vossa Excelência considere as minhas palavras muito mais do que uma denúncia, um alertamento sobre a realidade estadual, para que possamos - todos nós, que agora nos encontramos, num novo patamar da história, com a disposição de construir, efetivamente, uma sociedade solidária e justa. Vamos fazê-la com a participação deste Poder Legislativo, não vamos deixar que as nossas palavras nos palanques eleitorais, não ecoem nesta Casa e que nós deixemos de honrar o voto popular.

Na sequência concedo aparte ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, só, me permita Sua Excelência, fazer apenas mais uma colocação.

Por que esse agendamento em se construir Salto Segredo quando Foz do Areia, depois de quase oito anos de funcionamento, só opera quatro das oito turbinas, com quatrocentos e dezoito mil KW. A par de se promover um alagamento do território estadual. Fatos tão bem denunciados na Legislatura passada pelo eminente Líder do PMDB, Senhor Deputado Luiz Carlos Caio Quintana.

A construção desta obra vai elevar o endividamento do Estado a quase dois bilhões de dólares. Há quatro anos o PMDB assumia com trezentos milhões de dólares e após quatro anos de mandato nos vemos com uma dívida, de quase dois bilhões de dólares.

Estas são algumas colocações que faço aos eminentes Parlamentares. Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, fui o Vereador mais votado da minha cidade e sempre tive a satisfação de tê-lo como amigo. Quando me elegi recebi de Vossa Excelência, uma correspondência colocando o seu escritório aqui na Assembléia à minha disposição e aquilo me emocionou, sendo eu do PMDB e Vossa Excelência do PDS. Isto é que é importante.

Mas, ouvindo atentamente o vosso pronunciamento, hoje estando eu no PMDB, de ilustres companheiros como os Senhores Deputados, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Nelson Vasconcellos e tantos outros orgulho-me de pertencer a este Partido, tendo

as minhas idéias dentro do mesmo. Não sou servil e não admito que me façam de servil. Mas, a denúncia que acaba de levantar o ilustre Senhor Deputado Pedro Tonelli, do dinheiro gasto em propaganda nestes últimos seis meses do Governo João Elísio deixou-me estarecido.

Mais estarecido estou quando, hoje um canal de televisão do Paraná apresenta - e isto me deixa revoltado - uma propaganda do Prefeito de Curitiba como se ele fosse "o melhor Prefeito do mundo". Como se só ele soubesse administrar. Não sei quanto isto custou em dinheiro, através da Rede Globo de Televisão, uma propaganda para todo o Estado do Paraná, já preparando a sua campanha para o Governo do Estado. Estas coisas, mesmo estando dentro do meu partido, condeno e vou condenar sempre. Isto é inadmissível. Isto não pode continuar jamais!

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a colocação do eminente Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a quem renovo aqui os protestos de estima e consideração. Entendo que Vossa Excelência, como eu, acima dos interesses partidários, tem o interesse superior da população paranaense. E neste interesse seremos todos nós solidários, independentemente das siglas ou das filosofias político-partidárias. Mas se Vossa Excelência se estarece com os altos custos de campanhas promocionais na televisão, Vossa Excelência deve ficar absolutamente estarecido com o fato do Governo do Estado não pagar os seus empréstimos em dólares, nos últimos quatro anos e estar promovendo, permanentemente, a rolagem da dívida à semelhança do próprio País. Mas, de tal forma este dado é perigoso, eminente Deputado, que hoje temos 30% do orçamento estadual comprometido com a rolagem da dívida externa.

Mas, não é só aí que devemos ter centradas as nossas preocupações.

No problema do funcionalismo público estadual por exemplo, os dados que são apresentados à população de nosso Estado, não correspondem à realidade. E vejam Vossas Excelências que este é um poder desarmado.

Na Legislatura passada, quando se discutia aqui, a lei de aumento do funcionalismo público onde Sua Excelência o governador João Elísio propunha 36% para o servidor público normal e 16% para o servidor público da Polícia Militar, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e dos cargos em comissão, este Deputado apresentou um requerimento pedindo informações concretas, para verificar quanto o Governo efetivamente estava gastando com o funcionalismo.

Pois bem, este pedido de informação foi aprovado no dia 10 de dezembro. Por relapso da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, este pedido, de informação foi enviado apenas e simplesmente, vinte dias após ser apresentado e aprovado e até hoje, esta Assembléia Legislativa não recebeu as informações oficiais do Poder Executivo, o que contraria o que dispõe a própria Constituição que estabelece no caso, crime de responsabilidade com relação aos administradores públicos estaduais.

Hoje, o funcionalismo público, espera o disparo do gatilho, se que esta Assembléia possa levantar a voz para defender a justa reivindicação do mesmo, o qual não recebeu, no passado, reposição das perdas acumuladas ao longo dos últimos seis anos, que aqui viu aumentar a defasagem do seu salário.

Alega, o Poder Executivo que, as despesas com pessoal estão consumindo quase toda a receita do ICM.

No segundo semestre do ano passado, a despesa com pessoal por mês situou-se em torno de 750 milhões. Em janeiro o reajuste concedido de 36% fez com que esta despesa pulasse para um bilhão e 80 milhões de cruzados, e não um bilhão e 200 milhões, que afirmou a Secretaria de Finanças do Governo anterior.

O progressivo aumento de despesa com pessoal tem ocorrido no Estado do Paraná, não em razão do aumento de salário, mas, simplesmente, porque neste Estado, estão se aposentando, em média, quatro a cinco mil funcionários por ano, e o Governo do Estado, além de repor este número tem efetuado, ao longo destes últimos quatro anos, uma contratação média de um mil e quinhentos funcionários ao ano, o que equivale dizer que o Governo praticou a política do empreguismo e não a política do salário justo, que é reivindicado pelos servidores, que devem ter um salário à altura das suas necessidades.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Queria cumprimentá-lo, nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, mais uma vez pela sua posição coerente dessa tribuna, e dizer que no início dos trabalhos lamentamos a sua ausência neste plenário, quando este Senhor Deputado discutiu bastante a questão do empréstimo de 700 milhões de dólares para a COPEL, a respeito da Usina de Salto Segredo.

E, lamentavelmente, tudo aquilo que este e outros Senhores Deputados das Oposições colocaram da tribuna onde se encontra Vossa Excelência, não encontraram ressonância nesta Casa, porque era mais importante atender o apelo de uma bancada,

um pedido de um Governador, do que, propriamente, atender o apelo da consciência.

Tenho certeza que muitos votaram por uma obrigação de votar em defesa de uma bancada, mas não pelas suas consciências.

E dizer, também, que os dados que Vossa Excelência traz a esta Casa são dos mais importantes e refletem, na verdade, um governo que, até agora, foi de brincadeira, pois o próprio Governador que assumiu, no último domingo, disse no seu discurso que "Agora começava neste Estado, um governo de verdade".

Mais uma vez, o povo do Paraná foi usado para um governo de brincadeira, de mentirinhas, de demagogias e que usou os órgãos e as Secretarias. E a prova está aí hoje: a baderna em que se encontra o DETRAN, com o Diretor que deixa aquela Casa, hoje, dispensando mais de cinquenta funcionários. Na hora de atender o apelo político, existia vaga. Agora, já não tem mais.

Parabéns, nobre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Em homenagem a Vossa Excelência e em homenagem ao poeta Thiago de Mello: decreta-se "FICA ESTABELECIDO A VERDADE"

A verdade é que o Governador acaba de sancionar como primeiro ato de seu Governo, o aumento da mordomia, porque extingue a Secretaria Extraordinária de Comunicação Social e, em consequência disso, extingue doze cargos. Mas cria, por outro lado, quarenta cargos, dos quais sete são simbologia DAS; os famosos DAS que viraram os verdadeiros "marajás" do serviço público.

No Governo anterior, do Senhor José Richa criou-se de uma vez só, na Secretaria da Casa Civil duzentos e dezesseis cargos. E o Governador Álvaro Dias, que prometeu o enxugamento da máquina administrativa, ele que repetiu o poeta, decreta-se "FICA AQUI ESTABELECIDO O ESTADO DA VERDADE" diz que vai mandar a esta Casa, um projeto ainda nebuloso que o eminente Deputado Erondy Silvério ontem afirmou que era pior que um ato institucional, para criar mais cinco Secretarias de Estado.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Na sequência eminentes Deputados. Onde está a coerência? Onde está a verdade? Porque é a verdade que nos une e nos faz todos partícipes da vontade de construir este Estado como o Estado da esperança, da justiça social e da democracia.

Concedo aparte ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Es-

ta Presidência informa ao nobre Orador que se encontra na tribuna que seu tempo esgotou. Consulta-lhe se poderá passar para o Horário da Liderança do seu Partido.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Com prazer.

O Sr. Caíto Quintana - Nobre Deputado, o seu pronunciamento merece desta Casa a atenção que está recebendo. Na verdade, traz Vossa Excelência, cumprindo a missão de Deputado de Partido da oposição, uma série de indagações a este Plenário.

Infelizmente, nobre Deputado não podemos concordar plenamente com as afirmações de Vossa Excelência, até porque nós já conversamos sobre isso na Legislatura passada, em debates. A questão do endividamento do Estado há de ser vista dentro do ângulo verdadeiro deste endividamento.

Quando Vossa Excelência fala mais de um milhão de dólares está se englobando o endividamento da COPEL, de todas as companhias do Estado do Paraná, como se isso fosse um endividamento do Governo do nosso Estado. Em segundo lugar, e Vossa Excelência tem o conhecimento disto, o Governo José Richa, no curso de seu Governo talvez tenha sido um dos únicos Governadores do Brasil que não rolou 100% da sua dívida. O Estado do Paraná em cada rolagem pagou 30%; rolou 70% da sua dívida. E esta questão haverá de ser debatida com mais profundidade nesta Casa porque a nossa visão é totalmente contrária. Eu acredito, pelos dados, de que o Estado do Paraná pagou mais no Governo José Richa do que contraiu de empréstimos.

O resto foi rolagem da dívida, e dívida cresce; como o Brasil no Governo João Goulart tinha três milhões de dólares de dívida, hoje está em cento e dez. O Estado do Paraná vem rolando dívidas feitas em Governos anteriores.

Eu queria me deter mais, e agradeço a referência de Vossa Excelência, inteligente por sinal, na questão do tratamento de usinas do Estado do Paraná, porque defendo nobre Deputado com real interesse, de que a COPEL seja a concessionária que construa usinas no Estado do Paraná, sou contra a agressão da BINACIONAL ITAIPU; sou contra a agressão da ELETROSUL. Agora, acho que só sobrevive uma concessionária se ela realmente produzir, gerar energia e distribuí-la, isto faz da COPEL uma das melhores concessionárias do País.

E para encerrar, a verdade nobre Deputado, do que Vossa Excelência está colocando por antecipação na tribuna, a verdade da reforma administrativa num Governo que decretou a verdade como fato, será comprovada nesta Casa, nos primeiros dias, quando a mensagem do Governador Álvaro Dias, respeitando como não poderia ser di-

ferente, esse Legislativo, irá propor para análise, discussão, debate e aprovação deste Parlamento, a reforma a que se propõe o seu Estado.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Agradeço eminente Deputado Caíto Quintana por ter pelo menos decretado de que aqui nesta Assembléia não é preciso que haja unanimidade, evidentemente que Sua Excelência tem os pontos de vistas partidários e pessoais com os quais não concordo. Esperava que Sua Excelência decretasse que é preciso que haja unanimidade nesta Casa.

Por isto, Sua Excelência que defendo o perigoso processo de endividamento de dólares no Estado do Paraná, fica a dever à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um amplo esclarecimento a respeito da questão e concito a Vossa Excelência para que traga a esta Casa os dados reais. Porque nisto, fico com o Governador Álvaro Dias que pretende construir obras neste Estado, cobrando do Governo Federal os royalties de ITAIPU, que nos têm sido negados, a semelhança dos outros Estados, que percebem royalties pela geração de petróleo. Por que nós paranaenses não podemos cobrar royalties sobre uma das formas de produção de energia, que são as águas que temos? Por que não fazer obras financiadas pelo Governo Federal que deve ao Paraná?

O Paraná quando se apresenta ao Brasil, não vai "com chapéu na mão", como quem pede ajoelhado; mas, pede com altivez, porque pede o que lhe é de justiça. Chega, eminente Deputado, de ficarmos buscando e rebuscando o passado para justificar atitudes do presente. Nós vivemos num novo processo político, administrativo, e social e, nós os políticos, temos que pensar como Berthold Brecht, que nos alertou: "É preciso não temer colocar o novo, perante o povo" E nós temos algumas coisas novas que precisam ser tratadas nesta Assembléia. Uma delas, Senhor Presidente, é a prerrogativa parlamentar; é que esta Assembléia se instrumentalize, se adapte aos tempos novos, deixe de ser uma Casa que funcione como funcionava o Parlamento do tempo de João-Sem-Terra, que seja um Poder que, efetivamente, disponha das informações, dos dados capazes de transformá-la no verdadeiro fórum dos debates estaduais, acima dos posicionamentos partidários, e muitas vezes acima das questões pessoais.

Tenho menos de um minuto. Não pude conceder o aparte a três eminentes Deputados que me solicitaram; fico a lhes dever, tanto ao eminente Deputado Rafael Greca, quanto aos Senhores Deputados Brasília Zanusso, e José Felinto. Prometo voltar à tribuna e ceder a Vossa Excelência, em ra-

ção da exigüidade do tempo, mas, concito Vossa Excelência para que, além da coragem de enfrentar o tempo novo, possamos nos debruçar sobre o estudo da Constituição Estadual; nós, que defendemos a soberania do Poder Legislativo, a nível federal e estadual. Não podemos ficar mais à mercê de uma Constituição que venha pronta de Brasília, para que os Deputados Estaduais possam apenas adaptá-la.

Os Senhores Deputados estaduais deveriam se dedicar à elaboração de uma Constituição que seja voltada para a realidade dos seus Estados. Não é possível imaginarmos que uma Constituição possa ter a mesma validade nas suas regras jurídicas para um Brasil de muitos Brasis: um Brasil do Norte e um Brasil do Sul, cujas realidades econômicas, sociais, culturais de origem étnica são diferentes. Por isso, deixo aqui clara a minha posição: sou a favor de uma Constituição que possa respeitar os critérios da indissolubilidade do território da nacionalidade, e que possa ser constituída para efetivar o progresso do Estado do Paraná.

Agradeço. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência consulta à Lideranças do PTB. (Declina).

Consulta à Liderança do PFL. (Declina).

Consulta à Liderança PL e concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A inflação galopante que vem assolando este País, nos primeiros meses deste ano, obrigou o Governo Federal a colocar em prática o chamado gatilho salarial, para que os trabalhadores tivessem uma válvula de escape aos problemas gerados pelos poucos rendimentos.

Apesar disso os economistas reconhecem que esse método não trouxe a segurança pretendida. Muitos afirmam que o salário vem sendo achatado de forma violenta, fazendo com que o poder aquisitivo caia de maneira nunca vista antes.

Mas, o que dizer do funcionalismo público, esse pessoal importante na manutenção da organização administrativa da Nação. Ficaria fora, apesar da lei, do gatilho ou este valeria também para ele.

Reconhecendo a necessidade de sua aplicação desde logo, o Governo Federal procurou ir à fundo na questão. Sabia ele que os 25% de aumento registrado em janeiro não apresentava condições para cobrir realmente a defasagem dos salários do funcionalismo público. Na última sexta-feira, em uma reunião até certo ponto tumultuada, a área econômica do Governo, não desejava

conceder um gatilho integral, mas venceu o grupo que defendeu o disparo do mesmo de forma a proporcionar uma correção necessária para o atendimento das necessidades dos funcionários públicos e ficou mais acertada a questão de que toda a vez que o índice for superior a 20%, o gatilho disparará automaticamente para o funcionalismo público federal.

No tocante ao nosso Estado, porém, preocupados como o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, que há pouco ocupou a tribuna, queremos apresentar o nosso apelo ao Governo Estadual, no sentido de que seja adotada imediatamente esta previdência legal porque o poder aquisitivo do funcionário público diminuiu acentuadamente nos últimos dias, tendo em vista a inflação a corroer os seus poucos recursos.

Segundo o DIEESE, o custo de vida em Curitiba no último mês atingiu a elevada percentualidade de 30%, apesar de o Ministro Dilson Funaro ter declarado que foi somente de 14% a inflação.

Esta situação, Senhores Deputados, só pode criar uma grave crise no tocante à aquisição de meios indispensáveis para a sobrevivência de famílias dependentes dos rendimentos mensais daqueles que estão todos os dias prestando a sua contribuição para que a Administração Pública possa se desenvolver.

Temos esperanças que o Governador Álvaro Dias se mostre sensível a esta situação. Por isso, o nosso apelo, esperando que o cumprimento do discurso de posse proferido perante àqueles que estiveram frente ao Palácio Iguazu possa efetivamente se realizar através da execução desta política de justiça.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Consulta a Liderança do Partido dos Trabalhadores se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, nobres Colegas.

Continuando as minhas afirmações no Pequeno Expediente, queria aproveitar para registrar a presença aqui do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Capane-ma, Marcelino Ampessan, da nossa terra, prestigiando esta sessão de hoje. E queria dizer que após o esquecimento daquele projeto antigo de cessão de recursos públicos para os patrões deste Estado, há pouco tempo ele reapareceu quando nós conseguimos comprovar na publicação no "Diário Oficial" do Estado, do dia 24 de fevereiro passado, onde objetiva a instalação e funcionamento de dois centros de treinamento



para produtores rurais, e com esse motivo o Governo do Estado repassa vinte e um milhões e cem mil cruzados para a FAEP.

O que estranha mais ainda é que no dia seguinte, dia 25, no próprio "Diário Oficial", com o objetivo de alocar novos recursos, se repassa mais três milhões e meio de cruzados também. E mais, no dia 25 ainda, constatamos aqui no "Diário Oficial", com o objetivo de proporcionar condições técnicas e físicas mais amplas e eficazes para o atendimento aos agropecuaristas da região, se repassa mais três milhões de cruzados para a Sociedade Rural do Norte do Paraná, entidade esta que um ex-Secretário da Agricultura fazia parte, licenciando-se para assumir a Secretaria da Agricultura. Isso é mais um termo aditivo, publicado também no dia 25 de fevereiro no "Diário Oficial", que tem como valor dois milhões e cento e cinquenta mil cruzados, também repassados para a FAEP, com o objetivo de alocar novos recursos. Então, essa é uma demonstração que nos deixa muitas dúvidas e para nós nos provam o real interesse do Poder Público que tinha sido e que estava constituído nesse Estado. E daí nos leva a desconfiar o por que um convênio com data de 31 de dezembro só foi publicado em 24 de fevereiro de 87? Isso não é tudo! Acho que temos outros fatos que temos que relevar.

O orçamento da Secretaria da Agricultura do ano passado que era de quinhentos e quarenta milhões, vinte e um milhões e cem mil cruzados repassados de graça e que vão se tornar patrimônio da federação patronal, representando 4% do orçamento total das integradas ao Sistema Estadual de Agricultura e isso nós achamos que não é justo.

O Estado possui nove colégios agrícolas e que viveram o ano passado de chapéu na mão, pedindo do Estado quinze milhões de cruzados e só receberam menos de seis milhões. E a alegação é que o Estado não tem recursos. Não tem para os colégios oficiais para formar e dar treinamento para os filhos dos agricultores do Paraná, agora para os patrões deste Estado tem vinte e um, tem vinte e três, tem mais dois milhões cento e cinquenta mil cruzados, tem mais seis e meio para passar a ACARPA administrar essa infraestrutura para servir aos patrões.

Concedo um aparte ao Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti - Senhor Deputado Pedro Tonelli, realmente Vossa Excelência aborda um assunto importante visto que o Governo do Estado foi generoso demais com uma organização de grandes produtores, inclusive possui, hoje, na sua estrutura funcional uma vasta área do próprio IBC

que foi cedido em comodato.

Nós entendemos que embora a situação da agricultura não seja boa, a situação de algumas personalidades que fazem parte destas grandes federações são muito boas e nós também não concordamos com este tipo de liberação. Eu até pediria que o nosso Líder do Governo entrasse em contato com o Governador Álvaro Dias e verificasse a possibilidade de aprofundar essas informações e verificar a justiça desse ato.

Porque realmente, nós temos hoje, no Paraná, dezenas de colégios agrícolas mal instalados sem infraestrutura adequada e o ensino rural abandonado. E nós ficamos assim, bastante descontentes até com informações como Vossa Excelência vem trazendo, no sentido de que se do lado dos trabalhadores houve uma liberação de crédito de dois milhões de cruzados, para os grandes produtores agrícolas uma liberação de vinte e um milhões de cruzados e pelas informações também que existem nos corredores, alguns milhões a mais em torno de sete a oito milhões de cruzados para a Sociedade Rural do Norte do Paraná. É uma entidade importante, uma entidade de agricultores. Mas quisera o Governo do Estado pudesse ajudar todos os sindicatos de trabalhadores, todos os sindicatos da sociedade civil para que eles conseguissem dar um avanço às propostas das suas entidades.

Realmente, Vossa Excelência, traz um problema sério, grave e que eu até pediria que o nosso Líder do Governo aqui na Assembleia Legislativa, fosse até o Governo do PMDB verificar a possibilidade de um reestudo em relação a esta liberação já feita.

O Sr. Pedro Tonelli - Agradeço ao endosso do Senhor Deputado Paulo Furiatti e acho que essa providência realmente tem que ser tomada, tendo em vista a nossa proposta de moralização do Poder Público.

Eu queria dizer mais, que no ano passado diversos programas de interesse dos pequenos produtores foram interrompidos por falta de recursos: como o programa de distribuição de sementes, ao sistema de troca o programa de tração animal; foram programas interrompidos por falta de recursos. E aí companheiros, é que queria frisar a que ponto chega a imoralidade pública neste Estado.

Estou encaminhando um requerimento à Mesa e é preciso que todo este Plenário se sensibilize e que solicitemos, efetivamente, a presença do atual Secretário da Agricultura, juntamente com o compromisso do Governador que assume agora, para revertermos a possibilidade de se interromper este procedimento de fazer com que a gente passe recursos para aqueles que não precisam de ajuda do Poder Público.



Temos que tomar providências, caso contrário nós, do PT, seremos obrigados a acionar o Governo do Estado na Justiça, provando tamanha imoralidade que não admitimos mais, em tempos novos, que se usem recursos públicos e o Poder Público para favorecer meia dúzia que não precisa de ajuda do Poder Público.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, Senhores Deputados, pela atenção. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores integrantes desta Casa.

Inicialmente, gostaríamos de esclarecer que existem outros setores deste nosso querido Paraná totalmente em abandono, em função do que ocorreu no Brasil na vigência do Plano Cruzado.

Hoje, tivemos a oportunidade de receber, em nosso gabinete, uma comunicação da Associação Regional de Suinocultores do Oeste do Paraná com sede em Toledo. Lemos com muita atenção esta comunicação. Tamanho foi o interesse que tivemos, que usamos hoje o horário da Liderança do PDT para fazer o apelo da reivindicação dos suinocultores do Paraná.

Dizem eles, através da comunicação, que a suinocultura no Brasil, especialmente no Paraná, ia muito bem até quando se instalou o Plano Cruzado neste País. Aí veio a bancarrota.

Em maio, junho e julho do ano passado, tiveram um crescimento relativo e em seguida um declínio total.

Agora o Governo Federal, importando tudo o que o Paraná e o Brasil não precisam, também importa a carne de suíno, fazendo com que barateie o preço e que este caia lá embaixo, para os nossos produtores rurais.

E o que acontece? É que, o custo de produção é muito elevado, em função de que não houve tabelamento para os insumos, para produtos que se utilizam da criação de suínos. Não houve congelamento de preços para o que precisavam para manter a produção. E hoje eles pedem, aos Deputados desta Casa, aos representantes do povo, que olhem pela classe dos suinocultores do Estado do Paraná. Que olhem pela região de Toledo, que é uma região muito distante da minha, mas que merece a atenção de todos os Deputados do Paraná.

Companheiros Deputados. A importação de carne causando prejuízo a nossa produção nacional, a nossa produção estadual

deve ser analisada por todos os Senhores.

Salientam ainda que a produção de suínos do Paraná revela dados importantes porque é a sétima fonte de arrecadação do Estado superando a bovinocultura de corte, o milho, o feijão e o arroz.

Então, companheiros Deputados, Senhoras Deputadas, meu nobre Presidente, é hora desta Assembléia Legislativa levantar a voz em defesa não só da agricultura do Paraná, como também da agricultura brasileira e dos suinocultores de todo o Paraná.

Nós fazemos o apelo da Associação Regional de Toledo e esperamos a compreensão de todos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta nova legislatura, na verdade, inicia valorizando este Poder. Discussões das mais acirradas, assuntos dos mais variados, indagações, preocupações no verdadeiro exercício da representação popular.

Queremos, no dia de hoje, em que se inicia um novo período administrativo no Estado do Paraná, fazer a nossa homenagem, prestarmos o nosso reconhecimento e endossarmos um Governo que se encerrou.

O Governo José Richa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como toda administração do poder público com suas variadas secretarias, órgãos, autarquias, departamentos, nenhum de nós poderia imaginar que encerrassem um período de Governo sem nenhuma restrição por parte de alguns ou por parte de outros.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, resgatando a administração do Governo José Richa, chegaremos à conclusão inequívoca de que foi um Governo salutar e bom para o desenvolvimento do nosso Estado.

Se erros houveram, foram menores do que os acertos, e isso na soma geral de um Estado só tem uma palavra: avançar, progredir.

Por isso, gostaria de deixar o dia de hoje, para que não se fizesse verdade aqui a velha afirmação popular de que "rei morto, rei posto".

De reconhecer, de expressar perante esta Casa o orgulho que tive de ser Líder do Governo José Richa durante um ano do seu mandato, porque o Paraná aplaudiu o Governo, e este comportou-se dentro dos ditames do possível neste Estado, porque aplicou neste Estado em favor do seu pró-

prio desenvolvimento. Foram tantas as obras pequenas que, somadas, se transformaram nas verdadeiras obras cobradas pela população deste Estado.

O Estado do Paraná serviu de modelo para muitos Estados da Federação.

Em muitas das suas metas simplórias, que individualmente não aparecem, mas o projeto mutirão - para citar um exemplo - foi de uma felicidade total, trazendo a moradia para tantos companheiros que não têm a felicidade da casa própria e não podem pagar aluguel.

A eletrificação rural levou a milhares, a cem mil propriedades rurais, a vantagem da eletrificação, do aperfeiçoamento da capacidade produtiva e do conforto da nossa gente; as estradas, o PRAM, as patrulhas rodoviárias e tantos setores, fazem com que venhamos aqui dizer que o Governo José Richa foi um bom governo.

Mas nós estamos aqui também, para dizer que a Bancada do PMDB sempre crítica, terá postura partidária nesse Governo que se inicia, e que inicia decretando a verdade como ponto fundamental no seu Governo, e espero, como sei que esperam os companheiros de outros Partidos, que, na verdade, esse decreto seja cumprido, para que o Poder Público seja transparente e responda às indagações de cada um de nós, em nome daqueles que representamos.

Mas, esperamos muito do Governo Álvaro Dias! Um Governo que nasceu do amplo apoio popular. Dois milhões e 347 mil eleitores deste Estado abriram as portas, para que Álvaro Dias governasse o Estado do Paraná!

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este Governo é legítimo e, por certo, responderá aos anseios de um Estado que precisa continuar avançando, precisa continuar progredindo, e que precisa continuar se afirmando no cenário nacional!

Quero me somar ao Deputado Luiz Alberto Oliveira, quando diz que o Estado do Paraná não pode mais mendigar do Governo Federal, favores que tem por direito!

Quero expressar a minha alegria de sentir que o Líder de um Partido de Oposição soma-se às vozes da Bancada majoritária, disposto a cobrar do Governo Federal os "royalties" que ele nos deve pela construção de ITAIPU, e talvez até, Deputado Luiz Alberto, a dívida que o Governo Federal tem conosco, desde a Central do Paraná.

É exatamente por aí, por esta afirmação de paranismo, apoiando o Governo, sempre que depender os interesses de nosso Estado, que nós haveremos de cumprir a nossa missão de parlamentares.

Devido a estar no final de meu horário, concedo a palavra ao Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - Deputado Caíto

Quintana, eu acompanhei também o pronunciamento do Líder do PDS, que, na realidade, exercita aqui o seu poder de cobrança, de fiscalização e, acima de tudo, de respeito aos eleitores e ao Paraná.

Acompanhei determinados momentos, quando abordou a questão do endividamento, que é uma questão que preocupa em termos nacionais, o que inclui o nosso Estado. Também acompanhei as suas palavras quanto à reforma administrativa, que deveremos executar aqui no Paraná, nos próximos dias.

Lembrou ele, na oportunidade, pronunciamento feito ontem, pelo Deputado do PTB, Erondy Silvério. Mas, na realidade, o Deputado Erondy Silvério apenas se adiantou àquilo que não ocorreu e que não ocorrerá - tenho certeza, quando dizia que estaríamos aqui nesta Assembléia, praticando um verdadeiro ato de arbítrio, curvando-nos diante do Executivo, e entregando-nos à vontade do Governador.

Na realidade, nos próximos dias, uma Mensagem será enviada pelo Executivo a esta Casa, e aí sim, todos nós estaremos discutindo esta reforma tão reclamada pela população do Paraná.

A população espera medidas urgentes, tais como: acabar com o empreguismo, acabar com diretorias que não deveriam existir, acabar com o comprometimento da arrecadação do Estado, e tornar a máquina administrativa ágil, eficiente e séria. Esta é a nossa preocupação.

Seu tempo já está esgotado, e agradeço a Vossa Excelência, e apenas me permitiria, no encerramento, externar os nossos cumprimentos ao Governador do Estado, não como Líder do Governo, mas por ter escolhido dos dois mais brilhantes desta Casa na última legislatura, o Deputado Mário Pereira para ser o seu Secretário da Administração e o Deputado Rubens Bueno, para ser o Secretário do Trabalho.

É acima de tudo, não um agradecimento à Bancada do PMDB, aos eleitores dos Deputados Mário Pereira e Rubens Bueno, mas é um cumprimento ao Poder Legislativo do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para concluir, eu diria ainda que voltaremos aos debates nesta Casa, rebatendo acusações feitas sobre o endividamento do Estado, a construção de Segredo, e outras tantas que merecem ser debatidas e a respeito das quais a nossa Bancada está completamente à vontade para arrazoar com os Companheiros de Oposição, porque acima de tudo eu acredito que até mesmo quanto ao Decreto do Governador Álvaro Dias, vamos restabelecer a verdade. É evidente que é a

crítica um direito da Oposição, assim como o é a colocação de dados e números referentes ao Estado, mas é igualmente um dever nosso colocar estes números à luz da verdade, para que o Paraná seja informado realmente dos fatos que acontecem.

E me valho deste último instante para dizer aos companheiros que encaminharam requerimento à Mesa na convocação de Secretários de Estado, que a nossa Bancada irá votar contra a convocação, até porque os Secretários estão assumindo hoje e nós, sob hipótese alguma, poderemos admitir que já tenham pleno conhecimento da situação das suas Secretarias para poder apresentar neste Plenário as respostas afirmativas e às interações dos Srs. Deputados.

No curso do tempo a nossa Bancada estará aberta para tais convocações.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Esta Presidência quer registrar em Plenário, com satisfação, a presença do Sr. Prefeito de Faxinal, José Carlos Alves Bastiane.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 134/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que cria o Município de CORUMBATAÍ DO SUL, com território desmembrado do Município de Barbosa Ferraz, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL da C.C.J. (Apenso a este, o Projeto de Lei n. 135/85). Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Em discussão.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu volto novamente a esta tribuna para discutir este projeto de criação do Município de Corumbataí do Sul, de autoria do Deputado Rubens Bueno e do ex-Deputado Gilberto Carvalho.

Gostaria que fosse registrado nos Anais desta Casa, a presença dos membros da Comissão para criação do Município de Corumbataí do Sul, respectivamente o Sr.

Jair Cândido de Almeida, Presidente da Comissão, Alcides Guimarães, Padre Ademar de Oliveira Rins, Pedro José Coelho, Jorge do Seiko, Luiz Peterneli, Damilton Farias, Geraldo Martins, Joeci de Almeida, Paulo Capaci, Augusto Marques Gouvêa, Maria Guimarães, Pasqual Manoel Caficio, Mari Aparecida Coelho, Enezito Alves Pereira e Nelson Carlos Pereira.

Gostaria que fosse registrado nesta Casa a presença destes cidadãos, que lutam e que estão aqui desde ontem, preguando incansavelmente para que seja criado o seu tão sonhado Município de Corumbataí do Sul.

Nós sabemos que foram dois dias de apreensão, principalmente em vista do aparecimento desta Emenda, que causou uma preocupação muito grande aos moradores daquele Distrito. Mas hoje, ao receber logo de manhã a Comissão constituída pelos cidadãos que acabamos de nominar, deles recebi autorização para que viesse novamente a este Plenário, para dizer que eles aceitaram esta Emenda, apesar de preocupados e constrangidos, principalmente pelo fato de ter sido apresentada na última hora, talvez para impedir que aquela comunidade conseguisse a criação do seu Município, contra a vontade plena daqueles que a manifestaram no plebiscito realizado, levando isto em consideração, assim como a análise dos limites constantes da Emenda Substitutiva, a Comissão chegou à conclusão de que isto não inviabiliza a criação do Município, principalmente porque o maior centro produtor permanece, ainda, em Corumbataí do Sul.

Portanto, o Município é viável, e dele fica isolado apenas este pequeno pedaço, esta pequena parte, o Distrito de Borbônia, e um trecho bem alongado, bem distante do Município de Barbosa Ferraz. E seja ressaltado que tais discrepâncias ocorrem por capricho de alguns, que objetivam causar prejuízos ao sonho daquela população.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica aqui o meu depoimento em favor deste projeto. Espero que os nobres Pares desta Casa votem a favor unanimemente, dando àquela população a oportunidade de concretizar o seu tão esperado desejo de ter o seu próprio Município. Município este a cujo respeito, com toda certeza, voltaremos aqui para enaltecer sua organização e sua pujança, porque acreditamos naqueles que lideram o trabalho para a constituição deste município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Continua em discussão...

O SR. VALDERI VILELA (Para discutir) - Sr. Presidente, Srs. membros desta Casa.

Ontem, solicitamos a esta Mesa Executiva, uma cópia da Emenda apresentada pela Deputada Amélia Hruschka.

Hoje, Sr. Presidente, vimos aqui dizer que não recebemos cópia da Emenda. E ainda hoje, estivemos aqui ao lado, na Coordenação de Apoio ao Plenário, e nada obtivemos, alegando-se que a matéria da ordem do Dia não sai da Casa.

Estranhei tal procedimento, por isso ouvi atentamente o que o Deputado Luiz Alberto Oliveira disse hoje em relação às necessidades dos novos Deputados.

Mas um Deputado não deve esperar que tudo venha das fontes oficiais, e foi por essa razão que procuramos o pessoal de Corumbataí do Sul. Disseram-nos eles que são as partes interessadas no projeto, que concordavam com a Emenda apresentada pela Deputada Amélia Hruschka. Assim nós que ontem votamos contra, hoje votaremos a favor, com base nas informações colhidas junto ao próprio povo de Corumbataí do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação a Emenda Substitutiva. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. - **Aprovada.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 58/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, com sede e foro na Cidade de São Jorge do Patrocínio. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 320/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública, as entidades constituídas no Estado do Paraná, integrantes das instituições "LIONS CLUB DO BRASIL" e "ROTARY CLUB DO BRASIL" e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda- Aprovada.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 321/85, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que declara de Utilidade Pública a "FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE FRANCISCO BELTRÃO", com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 15/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que concede o Título de Ci-

dadão Honorário do Paraná, ao Senhor SAN-SÃO JOSÉ LOUREIRO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 167/86, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de Utilidade Pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS", com sede e foro no Município de Mirassol. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 277/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 153/86), que dispõe sobre o valor da Taxa Judiciária a que se refere a Lei n. 7.810, de 29.02.83, que passa a ser devida no valor equivalente a 2,55 (dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos) vezes, o valor da O.T.N., conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido Projeto, Emendas de Plenário em número de duas, de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N. 01  
PROJETO DE LEI N. 277/86

Senhor Presidente.

Os Deputados abaixo-assinados, nos termos do Artigo 139 e seguintes do Regimento Interno desta Augusta Casa, respeitosamente vêm à presença de Vossa Excelência, apresentar EMENDA MODIFICATIVA ao § 1.<sup>o</sup>, do artigo 1.<sup>o</sup>, do Projeto de Lei n. 277/86, que dispõe sobre o valor da Taxa Judiciária, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1.<sup>o</sup> - Ficam isentas do pagamento da taxa as causas cujo valor não exceder a 100 (cem) vezes o valor da Obrigação do Tesouro Nacional- OTN".

Sala das Sessões, em 17.03.87.

(aa) RAFAEL GRECA

ALGACI TÚLIO

ANTÔNIO BELINATI

JOSÉ ALVES

VALDERI MENDES VILELA

BÁSILIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

A prestação jurisdicional é um dever do Estado, que deve atender principalmente o interesse social. A Taxa Judiciária nada mais é que a cobrança de taxa remuneratória de serviço público. Em assim sendo, a isenção deve atingir uma maior parcela de pessoas menos favorecidas que buscam a defesa de seus direitos. A sistemática do valor atribuído à causa prevista no Código do Processo Civil, faz com que o valor

atinga quase sempre importâncias muito superiores a 50 (cinquenta) OTNs. Um valor de isenção superior, atenderia desta forma o interesse social a que se propõe o Estado, daí o por que sua elevação para 100 (cem) OTNs.

Certos de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e aprovação, reiteramos os nossos protestos da estima e consideração".

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N. 02  
AO § 1.º, DO ART. 1.º DO  
PROJETO DE LEI N. 277/86

Art. - O § 1.º, do Art. 1.º, passa a vigorar com a seguinte redação:

" § 1.º - Ficam isentas do pagamento da taxa as causas cujo valor não exceder a 75 (setenta e cinco) vezes o Valor da Obrigação do Tesouro Nacional- OTN".

Sala das Sessões, em 17.03.87.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

CÂNDIDO BASTOS

RAUL LOPES

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

ILEGÍVEL.

Em discussão, o Projeto e as Emendas.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Para discutir, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A 2.ª Discussão do Projeto de Lei de iniciativa do Executivo que dispõe sobre o valor da taxa judiciária, a que se refere a Lei n. 7810 de 29 de dezembro de 1983, que passa a ser devida no equivalente a dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos vezes o valor da Obrigação do Tesouro Nacional- a OTN.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Embora a simplicidade do Projeto que aparenta apenas se tratar de matéria de grande importância, de vez que irá nortear a cobrança da taxa judiciária, cobrada sobre a propositura de ações encaminhadas ao Judiciário do Paraná.

E haverá coisa mais importante do que prestação de assistência judiciária? A Justiça deve estar ao alcance de todos - evidentemente, não apenas dos ricos, mas dos pobres também; os desfavorecidos da sorte também têm direito a buscar Justiça. E é neste sentido que eu subo a esta tribuna para rapidamente discutir este Projeto. Vejam os Senhores o que diz o artigo 1.º deste Projeto: "A taxa judiciária a que se refere a Lei n. 7810 de 29 de de-

zembro de 1983 passa a ser devida no valor equivalente a 2,55 - dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos- vezes o valor da Obrigação do Tesouro Nacional- OTN".

Pois bem, com respeito a taxa judiciária a que se refere a Lei n. 7810, de 29 de dezembro de 1983, vejam que, dando uma folheada no Projeto, nós não a encontramos em seu bojo.

Senhor Presidente, voltamos a bater na mesma tecla sobre a qual já batemos em projetos anteriores, no início desta Legislatura, na semana passada, como por exemplo o empréstimo dos dólares para a COPEL; o empréstimo, ou a transferência, da dívida da CIC para o Estado.

Vejam bem. O Projeto é completamente vazio, não contém, como este aqui, nem o mínimo essencial para que bem se examine um Projeto de Lei. Onde está a cópia da Lei que deveria estar aqui neste Projeto para que nós pudessemos dizer aos Senhores Deputados o que é que na verdade dizia esta Lei? É objeto de modificação da Lei, e a Lei não consta deste Projeto. Temos aqui dentro deste Projeto também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e num passar de olhos vemos também que o mesmo é vazio, não analisa as consequências positivas ou negativas que possam advir da aprovação de uma nova sistemática de cobrança da taxa judiciária. Trata-se de matéria de cunho financeiro, evidentemente. Temos na Casa uma Comissão técnica específica para examinar a matéria, matéria como já disse, de grande importância, em especial para a classe menos favorecida.

A Comissão de Finanças - onde é que está o Parecer da Comissão de Finanças? Onde é que está o Parecer que deveria analisar as implicações do uso da OTN para o recolhimento da taxa judiciária?

Vejam, Senhores Deputados, a gravidade e a falta de uma análise técnica desta matéria. Este Projeto chegou aqui na Assembleia, em 17 de novembro. Ao elaborar a sua mensagem, o Governo é claro, não poderia prever o que aconteceria dali a poucos dias, porque embora se soubesse que aquela situação de ilusão do Plano Cruzado I, não poderia continuar por muito tempo, aliás, o cruzado foi preparado apenas para funcionar até o dia 15 de novembro passado, para propiciar a manutenção do PMDB no Poder. Foi ilusão, foi um engodo, foi um estelionato político, na verdade.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, mesmo os mais pessimistas não poderiam antever e nem se queria acreditar que cairíamos num caos econômico tão grande quanto o que vivemos nos dias de hoje. E neste caos, a OTN dispara e dispara como um raio. Ela já está valendo mais de 180 cruzados e o seu reajuste mensal, o mesmo

não ocorrendo com os salários. Como é que fica a situação daqueles que são assalariados e precisam recorrer à justiça. Este processo merece uma análise mais profunda. Será a OTN medida de valor mais aconselhável para a cobrança da taxa judiciária? Será que é realmente a maneira mais exata para se cobrar a taxa judiciária?

A OTN vai acompanhar a inflação, que em janeiro e fevereiro ultrapassa os 30%. Aqueles que precisam da proteção jurídica do Estado vão ficar à mercê do pagamento de uma taxa nestas proporções?

É de se parar para pensar, minha gente.

O § 1º, do artigo 1º, aliás, o artigo 1º é o Projeto no seu todo, diz, vejam bem, 50 vezes o valor da OTN. O que é que significa cerca de nove mil cruzados? Vejam Senhores Deputados, que a ação poderá ter um valor de apenas nove mil cruzados. Só neste caso é que se terá a dispensa do recolhimento da taxa judiciária. Isto significa, na prática, que a justiça tem que ser paga para todos. Os advogados que são Deputados, que têm assento nesta Casa, poderão me dizer qual é a ação que custa nove mil cruzados? Não existe.

Então, procurando sanar essa injustiça, a Bancada do PDT apresentou uma emenda substitutiva ao § 1º do artigo 1º. E a nossa emenda está vazada no seguinte teor:

"Ficam isentas do pagamento da taxa das causas cujo valor não exceder a cem vezes o valor da Obrigação do Tesouro Nacional- OTN".

Então, nós queremos neste momento pedir a compreensão dos Senhores Deputados, porque trata-se, na verdade, uma questão de justiça. O pobre precisa ter a justiça ao seu alcance e se não for desta maneira, com esta Emenda aprovada, dificilmente o pobre terá assistência judiciária, mas com esta Emenda, quando ele necessitar de assistência judiciária, ele encontrará apoio.

Por esta razão, eu peço aos Senhores Deputados para que votem a favor desta Emenda, que não é uma Emenda do PDT, mas é uma Emenda dos Deputados conscientes de que pobre também merece justiça. Assim estaremos fazendo valer o refrão do Governador de que este será um Governo de Justiça. Assim nós queremos também neste Plenário, já neste momento, ver prevalecer o pensamento do Governador, fazendo justiça a quem dela precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra para discutir, ao Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de vir a esta Casa, exerci por doze anos a profissão de Advogado. Conheço realmente com bastante propriedade o assunto da Taxa Judiciária do Paraná.

Temos que analisar o seguinte: durante os quatro últimos anos esta Taxa Judiciária já teve um aumento superior a 250 mil por cento. E hoje se encaminha um Projeto de Lei à esta Casa, para aumentar ainda mais esta Taxa Judiciária.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Durante a minha vida como Advogado, tive a oportunidade de, por muitas vezes, defender na Assistência Judiciária. O Estado nunca pagou nada, nem na Velha e nem na Nova República. Nem no Governo da Arena, nem no Governo do PMDB. Nunca foi pago sequer um tostão a este Advogado para defender os mais humildes, tanto no Tribunal do Júri, quanto nas Causas que não tinha envolvimento pelo Tribunal do Júri. Por isto sei do problema que aflige hoje o homem pequeno, aquele que ganha pouco, para chegar à Justiça.

Além disto, durante o último Governo, foi criado um Fundo Penitenciário que tinha o mais nobre objetivo possível, mas onerou muito mais os processos em tramitação pelos Juízos das Comarcas deste Paraná afora.

Por isto, defendemos a emenda apresentada por todos os Deputados da Bancada do PDT. E pedimos aos Senhores Deputados que isentem do pagamento da Taxa Judiciária aqueles que pleiteiam na Justiça, nas ações com valor até cem OTNs porque este é um valor muito baixo. Vejam os Senhores que são muitas ações em que o Governo vai receber a Taxa Judiciária, porque o valor da maioria das ações é de vinte mil cruzados ou excedem tal quantia.

Por isto, pedimos apoio a esta Emenda que apresentamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Continua em discussão a matéria. Em votação.

Em votação o Projeto, ressalvadas as Emendas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Para encaminhar). Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Depois do esclarecimento dos eminentes Deputados Algaci Túlio e dos dois eminentes Deputados do PDT, talvez fosse desnecessário o uso da palavra neste instante. Mas, apenas para alertar que este tipo de vinculação, de aumento de taxa a OTNs, ou a qualquer valor, neste Brasil de tantas moedas, faz com que o Poder Legislativo seja desnecessário. Se tivéssemos a fixação dos valores das taxas em cruzados, não mais em cruzeiros, o Poder Judiciário



e o Poder Executivo teriam que recorrer sempre ao Poder Legislativo para atualização das taxas devidas de quaisquer serviços.

Caso contrário, decreta-se o fechamento da Assembléia Legislativa, porque ora é a Taxa do Judiciário que é estabelecida, que é corrigida independentemente da vontade do Poder Legislativo. Ora é a taxa de serviço de saúde, ora é a taxa do serviço de segurança. Amanhã ou depois até é possível que um governo de desgoverno como este que nós vivemos no Brasil queira que se estabeleça o valor de remuneração da taxa da luz, da taxa da água também em OTN. Onde vamos parar desta forma?

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, como o projeto foi encaminhado a esta Assembléia em novembro, numa situação econômica, financeira totalmente diferente, como esclareceu com muita propriedade o Deputado Algaci Túlio, e como ainda não foi ouvida a Comissão de Finanças, como não se sabe nem o pensamento do novo Governador a respeito deste assunto; como não se conhece nem o pensamento do novo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, porque houve sucessão neste período, é que eu apelo a Vossa Excelência para que remeta o assunto para uma análise mais aprofundada junto à Comissão de Finanças e requeira nos termos regimentais, porque a matéria não está em regime de urgência e havendo a concordância das lideranças partidárias nós poderemos estabelecer uma regra de convívio para que as matérias que venham a este plenário sejam efetivamente informadas e atualizadas para que a Assembléia não passe um cheque em branco nem ao Poder Executivo, nem ao Poder Judiciário.

É este o apelo que faço a Vossa Excelência e também aos eminentes Líderes do Governo, do PMDB, do PL, do PFL e do PDT.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Concedo a palavra, para encaminhar, ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para Encaminhar)  
Senhor Presidente, a vontade da Bancada do PMDB é exatamente discutir com a maior profundidade os assuntos votados nesta Casa.

Gostaria inicialmente de dizer que ouvi algumas argumentações que me pareceram infundadas. Há uma nota da Ordem dos Advogados do Brasil, com base numa reunião realizada no dia 09/09/86, protestando quanto à Instrução n. 1.028 de 1986, exatamente pela cobrança exorbitante que a taxa judiciária estava alcançando pela correção no sistema da Lei n. 7.810, se não me falha a memória, que estava exatamente encarecendo a taxa judiciária.

O Governo tentou analisar a sua justi-

ficativa do projeto para exatamente fazer o inverso. Está reduzindo o custo da taxa judiciária quando coloca em 2,55 do OTN.

Com este projeto que está sendo votado não se está encarecendo a taxa judiciária, pelo contrário, está diminuindo a taxa judiciária. Esta é a mais cabal demonstração de que a bancada do PMDB na verdade quer discutir e quer que esta Assembléia, analise com profundidade o que está julgando e votando.

A Bancada do PMDB endossa a proposta do Deputado Luiz Alberto Oliveira para que o projeto retorne à C.C.J., para uma avaliação mais apurada desta matéria.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, me parece que a ponderação do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, reforçada pela ponderação do nobre Deputado Caíto Quintana faz com que a Bancada do PDT e imagino que também a Bancada do Partido da Frente Liberal, porque me acena o nobre Deputado Basílio Zanusso, e endossam também a idéia de que se reencaminhe esse processo para exame da Comissão de Constituição e Justiça. Nós endossamos a proposta do Líder Caíto Quintana e do Líder Luiz Alberto Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência, diante do acordo firmado pelas Lideranças, e como já existe um parecer firmado pela C.C.J., remete o projeto à Comissão de Finanças para o necessário estudo para que retorne à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Robson Rubim de Oliveira, ocorrido no dia 16 de março do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Haroldo de Asis Baptista, ocorrido no dia 14 de março do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Governador do Estado, encarecendo ao reajuste dos salários de todos os funcionários públicos estaduais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Governador do Estado, viabili-



zando a atualização dos salários dos funcionários públicos estaduais, civis e militares. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Superintendente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo que as contas, objeto de reclamações dos usuários, face aos elevados valores, não sejam cobrados em definitivo até uma verificação rigorosa por parte da empresa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho, encarecendo auxílio financeiro, para a Creche Negrinho do Pastoreio, do Município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Estadual da L.B.A., encarecendo o auxílio financeiro para a Creche Negrinho do Pastoreio, do Município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Ministros da Fazenda e da Agricultura, Governador do Estado e Secretário da Agricultura, informando da situação da suinocultura no Município de Dois Vizinhos e região. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo o esclarecimento das demissões em massa, ocorridas no DETRAN. Em Discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a convocação do Senhor Secretário da Agricultura, para depor perante este Plenário e explicar ao Poder Legislativo e por extensão a toda a sociedade, os objetivos e detalhes dos convênios firmados entre a SEAG e a Federação da Agricultura do Estado. Em discussão.

O SR. PEDRO TONELLI (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência pede esclarecimento ao nobre Deputado. Se Vossa Excelência solicitar "para discutir", esta matéria será adiada para votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a discussão. Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senhor Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu queria reafirmar e pedir a compreensão deste Plenário, dizendo que é de suma importância a convocação do Excelentíssimo Sr. Secretário Osmar Dias, para depor aqui, perante este Plenário.

Contrariando o que foi dito por alguns anteriormente, eu acho que é de suma importância que ele tome conhecimento profundo destes convênios e de seus aditivos para, posteriormente, tomar as providências cabíveis. É neste sentido que encaminho o requerimento, para que seja apreciado por este Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está em votação o requerimento do Deputado Pedro Tonelli. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito Verificação de Votação, Sr. Presidente, até porque entendo a colocação do eminente Deputado Caíto Quintana, mas não posso compreender porque o Sr. Osmar Dias, que ocupou cargos e funções de alta responsabilidade no Governo do Estado, na Secretaria da Agricultura, não tenha condições de explicar o que foi solicitado pelo Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere e fará a Verificação requerida pelo nobre líder.

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Caíto Quintana. (Declina)

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pedro Tonelli, queiram levantar-se.

Onze Srs, Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e sete Srs. Deputados rejeitam.

- Está rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao jornal "Gazeta do Povo", pelo Editorial

intitulado "Visão da Oportunidade Política". - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal, encarecendo sejam retiradas as estruturas de animação popular, da Avenida Marechal Deodoro, conforme solicitação do Clube de Diretores Lojistas de Curitiba. - Aprovada. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, convocando-o para comparecer a esta Casa, para que preste informações quanto a real situação financeira do Estado. - Rejeitado.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, esse nosso requerimento convocando o Sr. Luiz Carlos Haulli para que venha à Assembléia explicar a situação financeira do Estado, vem respaldado pelas contradições entre o Governador João Elísio Ferraz de Campos, que fez crer à população e à opinião pública, de que o Estado estava vivendo um situação de verdadeira canaã, e as declarações do governador que entra, o Governador Álvaro Dias, que afirmou, em jantar com a imprensa, que a situação financeira do Estado não está folgada, que poderá apresentar em março um déficit de 200 milhões de cruzados, e que o reajuste do vencimento dos professores da rede estadual significará, de saída para o Governo, uma sobrecarga de pelo menos 100 milhões de cruzados, mais uns 160 milhões para reajustar a folha do restante do funcionalismo público estadual da Administração Direta.

De maneira que nós estranhamos a atitude absolutamente maniqueísta da Bancada da Situação, que tenta esconder da Assembléia Legislativa do Estado a efetiva situação financeira do Paraná.

Toda matéria de indagação econômica fica doravante desautorizada. Não nos sentimos conscientemente responsáveis para votar matérias de alta indagação econômica, porque um Governador diz uma coisa, e outro diz outra, e a Bancada aqui age como venda em brincadeira de cabra cega, ao invés de agir como Bancada esclarecedora da opinião pública do Estado.

De maneira que eu registro o meu protesto, porque entendo que um povo tem direito, numa democracia, a saber por quem e como é governado. E aqui não se confirma esta máxima respaldada por todos os pensadores econômicos, sobretudo pelo pensador John Kenneth Calbright, que foi o último que a formulou:

"Um povo precisa saber com que transparência e por quem é governado".

Pelo jeito o povo do Paraná não sabe...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, trocando em miúdos ou transformando em feijão com arroz, o que o Deputado Rafael Greca falou.

Nós também queremos saber - e o povo nos cobra isto, quem é que está mais falando a verdade, ou quem é que está mentindo mais nesta história.

Se o Estado está em boa situação financeira ou não está. E esta é a razão na qual se baseia o Deputado Rafael Greca, ao convocar o Sr. Secretário.

Por isto, queríamos que a Bancada Democrática do PMDB, que quer a verdade nua e crua, uma democracia transparente, permita que Sua Excelência o Sr. Secretário venha até esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alboggetti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo em caráter sigiloso, informações sobre as empresas inadimplentes junto ao Sistema Financeiro do Estado. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BADEP, por intermédio do Governo do Estado, encarecendo informações quanto ao montante da dívida do Município de Londrina, Administração Direta e Indireta, no mês de abril do ano de 1983. - Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre os gastos efetuados durante o período de governo recém-terminado. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta de sete Deputados, para acompanhar a aplicação de recursos provenientes

de operações de crédito a serem contratados pela COPEL. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 320/85 e 321/86.

Marca, ainda uma Sessão Solene, para as dezessete horas, Sessão de Entrega da Carta das Mulheres aos Constituintes Paranaenses, e uma Sessão Extraordinária para o dia 19 de março, quinta-feira, logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 202 e 205/86.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N. 87//87

reajustar os vencimentos de inatividade de NILCE MACEDO FIGUEIREDO, matrícula n. 033 e MYRIAN CORREIA MONTANHA TEIXEIRA, matrícula n. 439, ambas funcionárias aposentadas deste Poder, com base no valor correspondente à remuneração da simbologia DAS-4, acrescidos de cinco (05) triênios, de acordo com o Art. 4.<sup>o</sup> e § 1.<sup>o</sup> da Resolução n. 2/74; cinco (05) quinquênios incorporados e quatro (04) adicionais incorporados, nos termos do Art. 170 e parágrafo único e Art. 171, §§ 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup>, da Lei n. 6174, de 16 de dezembro de 1970, Gratificação de Produtividade, de acordo com o Art. 1.<sup>o</sup>, da Lei n. 6641, de 04 de dezembro de 1974, e cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei n. 8069, de 28 de dezembro de 1984. (Protoc. n. 2872).

DECRETO LEGISLATIVO N. 88/87

reajustar os proventos de inatividade de OCIREMA STAMM BELLÉ, matrícula n. 440, funcionária aposentada deste Poder Legislativo, com base no valor correspondente à remuneração da simbologia DAS-4, acrescidos de cinco (05) triênios, de acordo com o Art. 4.<sup>o</sup> e § 1.<sup>o</sup> da Resolução n. 2/64;

cinco (05) quinquênios incorporados e três (03) adicionais incorporados, nos termos do Art. 170 e parágrafo único e Art. 171, §§ 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup>, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, Gratificação de Produtividade, de acordo com o Art. 1.<sup>o</sup> da Lei n. 6641, de 04 de dezembro de 1974 e cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei n. 8069, de 28 de dezembro de 1984.

(Protoc. n. 2872).

DECRETO LEGISLATIVO N. 89/87

prover, MARIA CONCEIÇÃO VICENTE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, ficando dispensado, a pedido, Luiz Jorge Reginatto.

(Protoc. n. 216/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 90/87

prover, EVANDRO DE LIMA MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, ficando dispensado, a pedido, Valcir Dallastra.

(Protoc. n. 217/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 91/87

I - exonerar, a pedido, CLAUDEMAR ALVES NEVES, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão; e II - prover, MARIA APARECIDA ATUATTI DE SIQUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão.

(Protoc. n. 246/87).

Palácio XIX de Dezembro, em 31.01.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 94/87

designar os Deputados DAVID CHERIEGATE, PIRAJÁ FERREIRA, KIELSE CRISÓSTOMO, RAFAEL GRECA, para, sob a presidência do Senhor Segundo Secretário, Deputado LINDOLFO JÚNIOR, comporem a Comissão de Obras e Reformas dos prédios da Assembléia Legislativa.

DECRETO LEGISLATIVO N. 95/87

exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado NELSON BUFFARA, conforme especifica:

MARTHA CARVALHO LORENSINI - DAS-5

RIVADALVES VIEIRA BRATTI - 3-C

ANDRY NAROSNIAK - 6-C

JOÃO CARLOS B. BUFFARA - 4-C

ARTUR VAN DER BERG JÚNIOR - 4-C

ADEL MARIA RUSSI - 4-C

DECRETO LEGISLATIVO N. 96/87

exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em

Comissão, junto ao Gabinete do Deputado AIRTON CORDEIRO, conforme especifica:

LIZETE BITTENCOURT - DAS-5  
ELIANE GUILHERME CREDÍDIO - 3-C  
IRES GROSS BARRETO DE SOUZA - 6-C  
HENRIQUE ANTÔNIO CREDÍDIO - 4-C  
ANTÔNIO CARLOS B. DE SOUZA - 4-C  
JOSÉ CARLOS HEY - 4-C

DECRETO LEGISLATIVO N. 131/87

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E:

Art. 1º - A Diretoria Financeira, com base na "Liberação de Cota de Despesas - LCD", emitidas pela Secretaria de Estado das Finanças, providenciará as transferências dos montantes liberados para a conta "Movimento geral" Assembléia Legislativa, na Agência Centro Cívico, de acordo com o disposto no Art. 3º, da Resolução n. 62/80, de 04 de dezembro de 1980.

§ 1º - Os empenhos obedecerão os limites das liberações, mantendo a Diretoria Financeira o controle dos montantes, em consonância com os globais repassados.

§ 2º - Os empenhos por estimativas e globais obedecerão os limites do orçamento liberado, ficando, contudo, os seus pagamentos vinculados ao liberado financeiro.

Art. 2º - Para atender as disposições das Leis n. 6639/74 e 7771/83, os subelementos abaixo discriminados terão as seguintes dotações para o exercício de 1987:

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO

3.1.1.0 - PESSOAL

3.1.1.1 - PESSOAL CIVIL

01 - Subsídio ..... 4.000.000,00

04 - Representação Gab.

Deputados ..... 18.850.000,00

31 - Subsídios Variáveis dos

Deputados ..... 15.000.000,00

36 - Ajuda de Custo ..... 1.200.000,00

Art. 3º - Ficam alocados créditos aos gabinetes, nas dotações e valores discriminados, para atenderem despesas do exercício de 1987, nos termos da Resolução n. 62/80, de 04 de dezembro de 1980.

01 - Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens

a. Presidência	68.000,00
b. 1a. Secretaria	66.000,00
c. 2a. Secretaria	60.000,00
d. 1a. Vice-Presidência	20.000,00

e. 2a. Vice-Presidência	17.000,00
f. 3a. Secretaria	14.000,00
g. 4a. Secretaria	14.000,00
h. Liderança do Governo	14.000,00
i. Liderança do PMDB	20.000,00
j. Liderança do PDS	10.000,00
l. Liderança do PFL	14.000,00
m. Liderança do PDT	10.000,00
n. Liderança do PT	10.000,00
o. Liderança do PL	10.000,00
p. Liderança do PTB	10.000,00
q. Administração ALEP	220.000,00
TOTAL.....	577.000,00

#### 02 - Passagens e Transportes de Pessoas

a. Presidência	40.000,00
b. 1a. Secretaria	35.000,00
c. 2a. Secretaria	25.000,00
d. 1a. Vice-Presidência	13.590,00
e. 2a. Vice-Presidência	10.480,00
f. 3a. Secretaria	10.420,00
g. 4a. Secretaria	10.420,00
h. Liderança do Governo	10.420,00
i. Liderança do PMDB	13.590,00
j. Liderança do PDS	5.270,00
l. Liderança do PFL	10.420,00
m. Liderança do PDT	5.270,00
n. Liderança do PT	5.270,00
o. Liderança do PL	5.270,00
p. Liderança do PTB	5.270,00
q. Administração ALEP	220.000,00
TOTAL .....	465.690,00

#### 14. Serviço de Alimentação

a. Presidência	20.270,00
b. 1a. Secretaria	15.850,00
c. 2a. Secretaria	12.730,00
d. Administração da ALEP	100.000,00
TOTAL	148.850,00
TOTAL GERAL.....	1.151.540,00

§ 1º - Caberá aos titulares dos Gabinetes, dotados neste Artigo, determinar os pagamentos, diretamente à Diretoria de Apoio Técnico, ficando contudo, responsáveis pelos mesmos.

§ 2º - Os créditos alocados no presente artigo deverão ser utilizados até 12 de dezembro de 1987, revertendo-se os saldos à dotação original.

Art. 4º - Para efeito de padronização e interpretação as rubricas desdobradas analiticamente deste Decreto, respectivamente, as seguintes despesas:

I - 3.1.3.2.01 - Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens:

representação, festividades, hospedagens e homenagens oferecidas pelos titulares de Gabinetes e visitantes, bem como, despesas diversas em função representativa Parlamentar;

II - 3.1.3.2.02 - Passagens, Transportes de pessoas e de suas bagagens, bem como as despesas de combustíveis e lubrificantes com carros oficiais quando em viagem ao interior conforme consta determinação em Ordem Interna de Serviço da Comissão Executiva, de 14 de março de 1974.

III - 3.1.3.2.14 - Serviços de Alimentação: fornecimento de alimentos e refeições avulsas a funcionários e visitantes.

Art. 5º - As diretorias Financeiras e de Apoio Técnico ficam autorizadas a tomar as providências necessárias no sentido de viabilizar as determinações do presente Decreto Legislativo.

Art. 6º - As liberações serão feitas por determinação do Primeiro Secretário, dentro da viabilidade de fluxo de Caixa e atendendo as prioridades administrativas.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 01.02.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 142/87

I - prover, MARY DE OLIVEIRA LEON PETIT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Pirajá Ferreira.

II - prover, ROBISON LUIZ FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Pirajá Ferreira.

III - prover, DOUGLASMIR CAMAROSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Pirajá Ferreira.

IV - prover, NUNO ALVES PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Pirajá Ferreira.

V - prover JOÃO CARLOS MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Pirajá Ferreira.

(Protoc. n. 667/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 143/87

prover, LUIZ RIBEIRO FONSECA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado João Batista Arruda.

(Protoc. n. 670).

DECRETO LEGISLATIVO N. 144/87

prover, LÚCIO OTOMI HIROSE OKIMOTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Homero Oguido.

(Protoc. n. 665/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 145/87

I - prover, MANOEL AFONSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior.

II - prover, ANNIBAL DE SOUZA JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior.

nior.

(Protoc. n. 598/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 146/87

prover, JOÃO ALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da 4a. Secretaria.

(Protoc. n. 627/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 147/87

prover, PAULO ROBERTO BALANSIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa, ficando dispensado, a pedido, JOSÉ MARIA SCHNEIDER.

(Protoc. n. 639/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 148/87

prover, PAULO CÉSAR BULOTAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Raul Lopes.

(Protoc. n. 704/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 149/87

prover, WELLINGTON DE FARIAS RAMOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Raul Lopes.

(Protoc. n. 707/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 150/87

I - prover, GILDO ALVES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

II - prover, MARIA AUXILIADORA IBANHEZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

III - prover, AIME APARECIDA BASTOS ROMONDINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

IV - prover, MARLI APARECISA SANZOVO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

V - prover SOLANGE MARTINEZ MASSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

VI - prover MAURÍCIO ROMANIZIO FILOCO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

(Protoc. n. 636/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 151/87

I - prover REINALDO BARIQUELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins

de Oliveira, ficando dispensado, a pedido, Gumerindo Machado.

II - prover, JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, ficando dispensado, a pedido, João Maria Ramos.

(Protoc. n. 782/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 152/87

I - prover, DERCI PASQUALOTTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da liderança, do Partido dos Trabalhadores - PT.

II - prover, MARIA LÚCIA BECKER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do Partido dos Trabalhadores - PT.

III - prover, CINÉSIO DE ARAÚJO BARBOSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do Partido dos Trabalhadores - PT.

(Protoc. n. 793/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 153/87

prover, IZABEL MITUCO AKIYOSHI LOUREIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Bárbara.

(Protoc. n. 779/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 154/87

prover, HAMILTON DE ALMEIDA CARDOSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Alves.

(Protoc. n. 631/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 155/87

prover, DORENY RIBEIRO GRECCA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo.

(Protoc. n. 817/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 156/87

prover, JOSÉ CARLOS CHAIN JABUR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Gernote Kirinus, ficando dispensada, a pedido, MARIU LAVALLE MANSUR.

(Protoc. n. 618/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 157/87

prover, MÁRCIA CRISTINA DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo.

(Protoc. n. 790/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 158/87

prover, GIOVANI GIONÉDIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo.

(Protoc. n. 788/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 159/87

prover, ARMANDO BERALDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto.

(Protoc. n. 776/87)

DECRETO LEGISLATIVO N. 160/87

I - prover, MARIA EMÍLIA STONOGA GALANDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado David Cheriegate.

II - prover, OSMAR KUKOWITSCH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado David Cheriegate.

(Protoc. n. 748/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 161/87

I - prover, MARIA JOANA SIMONI CUNHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, ficando dispensada, a pedido, MÁRCIA APARECIDA CRUZ.

II - prover, DORIVAL CAETANI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, ficando dispensado, a pedido, ROGÉRIO IURK RIBEIRO.

III - prover, MÁRCIA APARECIDA CRUZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, ficando dispensada, a pedido, MARIA JOANA SIMONI CUNHA.

(Protoc. n. 757/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 162/87

I - prover, CLAUDISMAR ZUPIROLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Pedro Tonelli.

II - prover, NEURI LUIZ MANTOVANI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Pedro Tonelli.

III - prover, ANA INÊS SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Pedro Tonelli.

IV - prover, OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Pedro Tonelli.

V - prover, MARLENE DA ROCHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Pedro Tonelli.

VI - prover, JOSÉ DARI KREIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Pedro Tonelli.

(Protoc. n. 794/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 163/87

I - prover, VERA SILVIA PENTEADO SETTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Luiz Antô-

nio Setti.

II - prover, NEWTON VILELA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti.

III - prover, MARGARET MATOS DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti.

IV - prover, CRISTINA MARIA VILELA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti.

V - prover, NILZA JUNQUEIRA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti.

VI - prover, EUZO CRUZ DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti.

(Protoc. n. 697/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 164/87

prover, ANA CRISTINA DE CASTRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo.

(Protoc. n. 789/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 165/87

prover, ROSE MARI BUCH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo.

(Protoc. n. 791/87)

DECRETO LEGISLATIVO N. 166/87

prover, MARGARITA ELIZABETH PERICÁS SANSONE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo.

(Protoc. n. 787).

DECRETO LEGISLATIVO N. 167/87

prover, MARIA NOBUKO KODAMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado David Cheriegate.

(Protoc. n. 740).

DECRETO LEGISLATIVO N. 168/87

I - exonerar, a pedido, JOÃO CÂNDIDO LARA NETO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa.

II - prover, JOSÉ MARIA SCHNEIDER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa.

(Protoc. n. 591/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 169/87

prover, MARCOS AURÉLIO LOPES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Raul Lopes.

(Protoc. n. 706/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 170/87

I - prover, JOSÉ LÁZARO DUMONT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Antônio Bárbara.

II - prover, EDIVARDO DE SOUZA BRITO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Bárbara.

III - prover, FERNANDO ROCHA FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Bárbara.

IV - prover, SUZANA YUKIE ONUKA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Bárbara.

(Protoc. n. 604/870)

DECRETO LEGISLATIVO N. 171/87

prover, NIZE TRISTÃO PIETRÂNGELO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Bárbara.

(Protoc. n. 680/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 172/87

prover, ARISTÓTELES MAIA KOTSIFAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Alves.

(Protoc. n. 629/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 173/87

prover, LÍDIA MANGOLIN CARDOSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Alves.

(Protoc. n. 630/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 174/87

prover, ADRIANO MAIA KOTSIFAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Alves.

(Protoc. n. 628/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 175/87

prover, UMBERTO GOMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado João Batista de Arruda.

(Protoc. n. 599/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 176/87

prover, JANETE MARIA RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Alves.

(Protoc. n. 632/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 177/87

I - prover, MARIA HELENA TREVISAN ULIAN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto.

II - prover, LIA REGINA PAZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto.

III - prover, CARLOS EDUARDO PEREIRA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comis-



são, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto.

IV - prover, SATORU OGASSAWARA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto.

V - prover, CLÁUDIO ANTÔNIO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto.  
(Protoc. n. 701/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 178/87

I - prover, LAURIMAR MORALES COSTENARO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto.

II - prover, ZELIA RENA BERALDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto.

III - prover, CLAUDIA MORALES COSTENARO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto.

IV - prover, PAULO CESAR GONÇALVES DE FREITAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto.

V - prover, CLEIDIMAR MORALES COSTENARO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto.

(Protoc. n. 739/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 179/87

prover, HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Raul Lopes.

(Protoc. n. 708/87.)

DECRETO LEGISLATIVO N. 180/87

prover, IARA MACHADO MACIEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Raul Lopes.

(Protoc. n. 705/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 181/87

prover, IRES GROSS BARRETO DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Alves.

(Protoc. n. 633/87)

DECRETO LEGISLATIVO N. 182/87

prover, ALCIONE DE CASTILHO SOBOTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli.

(Protoc. n. 10.708/86).

DECRETO LEGISLATIVO N. 183/87

I - prover, WILSON GALANDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado David Cheriegate.

II - prover, MAURO SFAIR, para exercer o

cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado David Cheriegate.

III - prover, NEIDE MARIA CRUPPEIZAKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado David Cheriegate.

(Protoc. n. 601/87).

Palácio XIX de Dezembro, em 16.02.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 184/87

aposentar, nos termos dos Arts. 132 e § 2º, 138, item II e § 1º, 140, item III e 170, parágrafo único, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO, matrícula n. 207, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º, e § 1º, da Resolução n. 2/64, cinco (05) quinquênios incorporados, função gratificada símbolo 4-F, e cem por cento (100%) do respectivo vencimento, pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 7015/86).

DECRETO LEGISLATIVO N. 185/87

prover, MARALICE ZANONI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Pirajá Ferreira.

(Protoc. n. 850/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 186/87

prover, TÂNIA BERALDO DE OLIVEIRA CISCATO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Cândido Bastos.

(Protoc. n. 856/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 187/87

prover, OSMAR COELHO POLIDORO JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Cândido Bastos.

(Protoc. n. 857/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 188/87

prover, ELISA MARIA CISCATO BASTOS RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Cândido Bastos.

(Protoc. n. 858/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 189/87

prover, OMIRIS PEDROSO DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Cândido Bastos.

(Protoc. n. 859/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 190/87  
prover, ALFEU RIBAS KRAMER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Cândido Bastos.  
(Protoc. n. 860/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 191/87  
prover, CLÉCY AYUMI KAWAKAMI DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Alexandre Cerrato.  
(Protoc. n. 801/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 192/87  
exonerar, a pedido, ROBERTO MUCKE, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.  
(Protoc. n. 911/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 193/87  
prover, LÚCIA HELENA JORGE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Afonso Júnior.  
(Protoc. n. 890/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 194/87  
prover, TEREZINHA MATOS DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpellini.  
(Protoc. n. 889/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 195/87  
prover, MARGARETH DE CASSIA POLIDORO KUSTER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Cândido Bastos.  
(Protoc. n. 861/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 196/87  
I - prover, MARIA DE LOURDES MALTAURO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Eduardo Baggio, ficando dispensado, a pedido, Tarcísio Barbosa de Souza.  
II - prover, TARCÍSIO BARBOSA DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência.  
(Protoc. n. 855/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 197/87  
prover, ELIANE ADELE MONTEMEZZO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado João Batista de Arruda.  
(Protoc. n. 835/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 198/87  
prover, ELZA DE PAULA RODINI, para exercer

o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Paulo César Fiates Furiatti, ficando exonerada, a pedido, Liege F. Sabóia.  
(Protoc. n. 778/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 199/87  
I - exonerar, NEIDE MARIA PASCOTO DO AMARAL, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PTB.  
II - prover, JAIR DE LARA MANOEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PTB.  
(Protoc. n. 428/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 200/87  
prover, VRADIMIR FILARDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Raul Lopes.  
(Protoc. n. 938/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 201/87  
prover, LOURDES MARIA DE CAMPOS SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Lindolfo Júnior.  
(Protoc. n. 964/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 202/87  
prover, SINÉSIO TORRES JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor Técnico, do Gabinete da Segunda Secretaria.  
(Protoc. n. 963/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 203/87  
prover, ADEMIR SANT'ANA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor Parlamentar, do Gabinete da Segunda Secretaria.  
(Protoc. n. 962/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 204/87  
prover, SALETE GOMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Datilógrafa, do Gabinete da Segunda Secretaria.  
(Protoc. n. 961/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 205/87  
prover, CLÁUDIO FERNANDES DA ROCHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Atendente, do Gabinete da Segunda Secretaria.  
(Protoc. n. 960/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 206/87  
prover, ARGEMIRO SPURIO GARCIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lindolfo Júnior.  
(Protoc. n. 959/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 207/87  
prover, ODAIR MIGUEL MARCARIAN, para exer-

cer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Lindolfo Júnior.

(Protoc. n. 958/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 208/87

prover, ANA TOMOKO SHUDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Datilógrafa, do Gabinete da Segunda Secretaria.

(Protoc. n. 907/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 209/87

prover, CARLOS EDUARDO DE CAMPOS SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Chefe de Gabinete da Segunda Secretaria.

(Protoc. n. 910/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 210/87

prover, DAVID CESAR TORRES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lindolfo Júnior.

(Protoc. n. 908/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 211/87

prover, PAULO BARBOSA MIRANDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Lindolfo Júnior.

(Protoc. n. 909/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 212/87

prover, ALBINO SUDUL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Gernote Kirinus, ficando dispensado, a pedido, Luiz Eduardo Weigert.

(Protoc. n. 884/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 213/87

prover, TEREZA CRISTINA FIANI BACILA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Gernote Kirinus, ficando dispensado, a pedido, Raudinei de Paula.

(Protoc. n. 883/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 214/87

prover, NELSON ROBERTO RIOS BRANDÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Gernote Kirinus, ficando dispensada, a pedido, Elisabet Margot Fries Moretto.

(Protoc. n. 937/87).

Palácio XIX de Dezembro, em 12.03.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 215/87

I - prover, LÚCIA GARCIA SANCHES VILELA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Valderi Mendes Vilela.

II - prover, HEITOR FRANCISCO IZIDORO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Valderi Mendes Vilela.

III - prover, NORIVAL NERI, para exercer o

cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Valderi Mendes Vilela.

IV - prover, MAURO DA SILVA RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Valderi Mendes Vilela.

V - prover, NELSON ROSA DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Valderi Mendes Vilela.

VI - prover, LAURELSON DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Valderi Mendes Vilela.

(Protoc. n. 1027/87).

Palácio XIX de Dezembro, em 16.03.87.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1.º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR - 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N. 21/87

designar LUCIANO LACERDA FILHO, matrícula n. 279, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços junto ao Gabinete da Diretoria Financeira.

(Protoc. n. 930/87).

PORTARIA N. 22/87

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período das férias, conforme especifica:

CELSON ARAÚJO JÚNIOR - Mat. 489 - 2 meses - 1986

AYRTON ALVES ARANHA - Mat. 413 - 2 meses - 1986

EDMIR ENÉZIO DA SILVA - Mat. 498 - 2 meses - 1986

GENI CARNEIRO - Mat. 284 - 2 meses - 1986

JOÃO CAXIAS URBAN - Mat. 408 - 2 meses - 1986

LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL - Mat. 422 - 2 meses - 1986

(Protocs. n. 23, 28, 45, 65, 585 e 624/87).

PORTARIA N. 23/87

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, ao

funcionário DARIO FORTUNATO DARIF, matrícula n. 063, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 932/87).  
Gabinete da Diretoria Geral, em 17.02.87.

PORTARIA N. 24/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARLENE COUTO DE CRISTO, matrícula n. 175, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, Classe C, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 07 de outubro de 1979 e 07 de outubro de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e da férias relativas aos anos de 1979, 1980 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. n. 888/87).

PORTARIA N. 25/87

conceder a SANDRA MARIA RUDNIK, funcionária contratada deste Poder, pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho, licença-maternidade, de acordo com o Art. 392, da C.L.T., no período compreendido entre 26 de janeiro a 20 de abril de 1987.

(Protoc. n. 1098/87).  
Gabinete da Diretoria Geral, em 25/02/87

PORTARIA N. 26/87

conceder a MARIA SEBASTIANA DE FREITAS, funcionária contratada deste Poder, pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 23 de fevereiro de 1987.

(Protoc. n. 1126/87).  
Gabinete da Diretoria Geral, em 26/02/87.

PORTARIA N. 27/87

determinar que a partir desta data, a Ordem do Dia, será entregue diretamente nos Gabinetes Parlamentares dos Senhores Deputados, até às 10:00 horas, impreterivelmente, mediante recibo, mantendo-se a distribuição normal para os demais setores deste Poder Legislativo.

Gabinete da Primeira Secretaria,  
em 11 de março de 1987.

(a) Deputado ANIBAL KHURY  
1. Secretário

PORTARIA N. 28/87

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

LUIZ FERNANDO FLORES - Mat. 481 - 2 meses - 1986  
CLARICE FROIS DE MIRANDA - Mat. 547 - 2 meses - 1986  
MAURÍCIO GONÇALVES - Mat. 152 - 2 meses - 1986  
ALCEU WALTER NIEDZWIEDZ - Mat. 508 - 2 meses - 1986  
NORMANDO PEDRO CULPI - Mat. 360 - 2 meses - 1986  
ODAIR COSMOS - Mat. 575 - 2 meses - 1986  
CLEMETILDE DELFINA BORTOLON - Mat. 387 - 2 meses - 1986  
REGINALDO XAVIER BITTENCOURT - Mat. 322 - 2 meses - 1986  
ARACY ZECH - Mat. 192 - 2 meses - 1986  
MARCOS UNIGA - Mat. 424 - 2 meses - 1986  
NELSON AUGUSTO ARAÚJO - Mat. 501 - 2 meses - 1986  
ZELMA LOPES WOJCIK - Mat. 176 - 2 meses - 1986  
JOÃO MARTINS SOBRINHO - Mat. 382 - 2 meses - 1986  
JAIR CORDEIRO F. ALVES - Mat. 350 - 2 meses - 1986  
CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA - Mat. 416 - 2 meses - 1986  
GIOACHINO SUGAMOSTO - Mat. 549 - 2 meses - 1986  
ZENAIDE SILVA FILPO - mat. 410 - 2 meses - 1986  
(Protocs. n.04, 06, 16, 31, 50, 101, 155, 169, 170, 223, 275, 392, 401, 507, 508, 699 e 875/87).

PORTARIA N. 29/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de HILÁRIO FREGONEZE, matrícula n. 026, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar;

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) me-

ses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o sexto quinquênio, compreendido entre 18 de abril de 1983 e 18 de fevereiro de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n. 593/87).

PORTARIA N. 30/87

conceder a DOROTI DA CUNHA WOLKMER LINHARES, matrícula n. 088, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1986, a partir de 04 de março de 1987.

(Protoc. n. 1228/87).

PORTARIA N. 31/87

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, ao funcionário WILSON RAMOS, matrícula n. 137, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 1117/87).

PORTARIA N. 32/87

designar JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA, adida a este poder, para prestar serviços junto ao Gabinete da Diretoria da Procuradoria.

(Protoc. n. 1259/87).

Gabinete da Diretoria Geral, em 13.03.87.

(a) CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI  
Diretor Geral